

**“Défice Democrático Linguístico” na União Europeia?-Relatório de  
Estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors**

**Márcio Carlos Barbosa Mossande**

**Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais**

**Área de Especialização: Estudos Europeus**

**Lisboa**

**Setembro de 2017**

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais – Área de Especialização em Estudos Europeus, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Madalena Meyer Resende.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe porque, mesmo não estando presente fisicamente, sem ela jamais teria concluído esta caminhada,

À Professora Doutora Madalena Meyer Resende pela orientação na faculdade e pelas sugestões,

Ao Dr. Carlos Medeiros pela atenção e por acreditar sempre em mim,

À Dr.<sup>a</sup> Célia Santos pela orientação no local de estágio, pela imensa disponibilidade e boa disposição,

Ao Dr. Paulo Correia pela entrevista esclarecedora e pela oportunidade única,

À minha irmã pela presença nos momentos mais difíceis,

Ao E.C pelo companheirismo e pelo incentivo,

À Fernanda Ferreira por nunca desistir de mim.

“DÉFICE DEMOCRÁTICO LINGUÍSTICO” NA UNIÃO EUROPEIA? - Relatório de  
Estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Márcio Mossande

**Palavras-chave:** multilinguismo, diversidade linguística, União Europeia, “défice democrático linguístico”

## RESUMO

Apresentando-se como uma característica “endémica” do espaço europeu, a diversidade linguística faz parte dos pilares culturais comunitários, pelo que a sua defesa foi assumida, praticamente, desde a criação da organização. Neste relatório será analisada a maneira como o multilinguismo é praticado, numa primeira fase, pelas instituições e, posteriormente, pelos próprios cidadãos europeus. Começando pela base legal da diversidade linguística, passando pelos principais programas europeus incentivadores da aprendizagem linguística, não esquecendo o papel da língua alemã e referindo os custos desta variedade de idiomas, o objectivo final passa por verificar se existe um défice democrático a nível linguístico na União Europeia (UE). Para além dos sub-temas já mencionados, existe igualmente uma secção dedicada ao estágio e às respectivas funções, dois elementos essenciais para responder à pergunta de investigação.

“DÉFICE DEMOCRÁTICO LINGUÍSTICO” NA UNIÃO EUROPEIA? - Relatório de  
Estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Márcio Mossande

**Keywords:** multilingualism, linguistic diversity, European Union, “linguistic democratic deficit”

## **ABSTRACT**

As a European “endemic” feature, linguistic diversity is part of the cultural Community pillars wherefore its protection was assumed almost since the European Union (EU) establishment. In this internship report I will analyse the way how multilingualism is carried out, firstly by institutions and subsequently by European citizens themselves. Starting with the linguistic diversity legal basis, referring the main language teaching European programmes and recalling the role of German language and the costs of this linguistic variety, the key purpose is to verify whether a democratic deficit at linguistic level in the European Union exists or not. Apart from the already mentioned sub-themes I have included a section related to the internship and respective tasks, two crucial aspects to help answering the research question.

# ÍNDICE

<b>1. Introdução</b>	<b>7</b>
<b>2. Base legal da diversidade linguística</b>	<b>9</b>
2.1. Antecedentes	10
2.2. Primeiros passos do multilinguismo, alargamentos e mercado único	11
2.3. Crescimento e orientação do multilinguismo	14
2.4. Conclusão	18
<b>3. Principais programas e estratégias para promover o multilinguismo</b>	<b>-20</b>
3.1. Língua	-21
3.2. Erasmus	-22
3.3. Sócrates	-24
3.4. Comenius	-25
3.5. Grundtvig	-25
3.6. Leonardo Da Vinci	-26
3.7. Minerva	-27
<b>4. Os multilinguismos institucional e social</b>	<b>-28</b>
4.1. O multilinguismo nas instituições europeias	-29
4.1.1. Conclusão	-31
4.2. O multilinguismo social	-32
4.2.1. Conclusão	-35
<b>5. O alemão</b>	<b>-36</b>
5.1. Conclusão	-39
<b>6. Os custos do multilinguismo</b>	<b>-39</b>
6.1. Conclusão	-41
<b>7. Descrição do local de estágio</b>	<b>43</b>
7.1. Descrição de funções e relação estágio-tema	-44

<b>8. Conclusão geral</b>	----- 47
<b>9. Referências bibliográficas</b>	----- 49

# 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio representa a derradeira fase do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais (especialização em Estudos Europeus), realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Depois de um ano de componente lectiva, realizei um estágio no Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), pertencente à Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), experiência que influenciou e complementou a feitura do documento em causa.

Estando 6 meses numa instituição pública da República Portuguesa ligada a questões europeias, este relatório torna-se mais completo e faz ainda mais sentido, nomeadamente se se tiver em conta a licenciatura já realizada em Tradução (especialização em Inglês e Espanhol) na mesma faculdade. De facto, o ciclo de estudos anterior teve uma grande influência na escolha do tema a tratar, tanto por ser uma área na qual já possuo alguma experiência, como por não ter a devida incidência no que diz respeito a relatórios de estágio e dissertações em contexto europeu. Como assuntos integrantes do nosso quotidiano, a União Europeia (UE) e as (diferentes) línguas comunitárias são elementos que constituem uma relação íntima, que não pode ser ignorada no momento de analisar aquela organização. Ligado à área linguística desde os ensinos anteriores, optei por conjugar esse conhecimento com o mestrado em questão para, igualmente, colocar em prática conteúdo assimilado durante a licenciatura e em anos anteriores e, também relevante, dar luzes e disponibilizar documentos sobre a situação linguística europeia, nomeadamente relativos à forma como são vistos e utilizados os idiomas comunitários, seja pelas próprias instituições europeias, seja pelos próprios cidadãos europeus. Com 508 milhões de habitantes<sup>1</sup>, 28 Estados-membros e 24 línguas oficiais num mundo globalizado, a UE possui uma opulência linguística única que deverá ser respeitada e tida em consideração em todos os momentos da imensa e contínua integração. Por isso mesmo, este relatório contém uma secção dedicada às primeiras referências ao multilinguismo europeu em documentos vinculantes (base legal) e à sua evolução na agenda comunitária. Após esta importante parte, estarão frisados os principais programas europeus em prol da aprendizagem de línguas, tema correspondente à secção seguinte, pois fazem parte de toda uma estratégia comunitária que ajudará a explicar, não só o caminho percorrido pela diversidade linguística, bem

---

<sup>1</sup> [https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/living\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/living_pt) acedido em 31/08/2017



como a(s) política(s) adoptada(s) na área, que, segundo a minha perspectiva, surgiram apenas com a entrada do novo milénio. Depois desta secção, encontram-se duas partes essenciais: o multilinguismo institucional (Comissão, Parlamento e Conselho) e o multilinguismo social. A primeira representa que posição assume este tema no executivo europeu de uma organização que, em termos vinculativos, defende a diversidade linguística há praticamente seis décadas. Já a segunda, relaciona-se com o conhecimento linguístico retido pelos cidadãos europeus, uma vez que, e como estará presente durante as várias secções, em parte, os idiomas dominados pelas pessoas prendem-se com os planos e estratégias seguidos pelo executivo, ainda que a UE não tenha poder directo sobre os diferentes sistemas de ensino. Existe uma secção destinada exclusivamente à língua alemã, que, por um lado, como língua com mais falantes nativos na união está aquém do que seria de esperar mas, por outro, contribui para o entendimento de que a propagação de uma língua não está necessariamente relacionado com a quantidade de falantes nativos. Penso que a questão dos custos da manutenção do multilinguismo, frequentemente apontada como um dos principais entraves, é merecedora de uma secção própria (sexta secção) pois necessita de esclarecimentos e reflexões sérias sobre o futuro linguístico da União e sobre os seus custos “não-monetários”, já que, para além de cidadãos, também somos contribuintes comunitários. Por fim, a penúltima secção corresponde à descrição do meu local de estágio, o CIEJD, e das minhas funções enquanto estagiário. Não considero esta secção crucial somente por ter frequentado um estágio curricular mas igualmente por me auxiliar na compreensão de como são geridos os temas linguísticos e de que forma se interligam com o público, através do contacto diário com línguas estrangeiras, alfabetos diferentes e publicações diversas. Pretendo ressaltar que o meu objectivo principal não é proporcionar uma visão recente e actualizada sobre o regime linguístico comunitário mas sim oferecer uma visão geral sobre o mesmo, essencialmente desde a primeira regulação do Conselho até à última adesão (Croácia em 2013).

Posto isto, falta sublinhar unicamente que praticamente todas as secções contêm uma conclusão própria e a enumeração dos conceitos essenciais, não só para facilitar a leitura mas, mais importantemente, para se retirar conclusões graduais ao longo da leitura, culminando em ilações gerais mais complexas e construtivas.

## 2. BASE LEGAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

Considerando a pergunta de investigação: “Défice democrático linguístico” na União Europeia?, faria pouco sentido iniciar um trabalho deste cariz sem ter a percepção daquilo que foi a história e o percurso do multilinguismo e as diferentes conjunturas que moldaram as acções comunitárias com o propósito de proteger uma das maiores riquezas europeias. Para tal efeito, optei por dividir a presente secção em cinco partes principais: antecedentes (1), primeiros passos, alargamento e mercado único (2), crescimento e orientação (3) e conclusão (4) com o objectivo de diferenciar as várias fases pelas quais a diversidade linguística passou, sem as quais não teria percorrido o mesmo caminho, e também para tornar a leitura mais fluida.

A primeira parte prende-se com a desmistificação de que o percurso linguístico comunitário começou a ser traçado apenas a partir da primeira regulação do Conselho e, com esse propósito, são referidos alguns documentos que já faziam referência ao tema e que influenciaram o aparecimento da regulação No 1/58. Na segunda, para além do estabelecimento do regime linguístico comunitário, são referidos os primeiros alargamentos e tratados e o seu papel numa altura em que a Comunidade se preparava para um dos objectivos europeus mais ambiciosos: o mercado único. A terceira parte refere-se ao crescimento da pluralidade linguística na agenda comunitária, visto que na década de 90 o tema ganhou alguma importância. Contudo, mais acontecimentos mudaram o panorama linguístico europeu, como a adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia (papel descrito nas próximas secções) e o surgimento de linhas de orientação concretas relativamente ao tratamento da diversidade linguística. Ao longo da secção são utilizados alguns conceitos que serão fundamentais para a percepção, não só de todo o percurso do tema mas também daquilo que intitularei de “défice democrático linguístico”:

- regime linguístico
- *working language*
- *official language*
- *rules of procedure* (ROP)
- *knowledge-based economy* (KBE)
- *economisation*

## 2.1. ANTECEDENTES

Em boa verdade, a primeira referência aos “direitos linguísticos” está presente na Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) de 1950. Dela resultaram artigos que fixaram os direitos primários para todos os cidadãos europeus, facto que coloca o documento na história por ser um dos primeiros documentos com determinado cariz a nível europeu, influenciada naturalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela ONU dois anos antes. Logo no Artigo 6º, as referências linguísticas são evidentes quando se enuncia que qualquer cidadão alvo de um processo legal tem o direito de ser informado da acusação numa língua que compreenda, caso contrário é obrigatória a assistência gratuita de um intérprete (Conselho da Europa, 1950). O Artigo 14º, sendo o mais explícito, proíbe expressamente a discriminação fundada, entre outros aspectos, na língua. A CEDH é igualmente inovadora pois propõe a criação de um Tribunal Europeu dos Direitos do Homem para assegurar o respeito por todos os direitos e a penalização dos responsáveis em caso de incumprimento. Os próprios Tratados de Roma, assinados sete anos mais tarde, continuam a fazer referência à questão linguística, mais especificamente no Artigo 217. Nele, a Comissão da Comunidade Económica Europeia (CEE) remeteu a tomada de decisão das línguas institucionais, de forma unânime, para o Conselho. Note-se, neste artigo, a presença da expressão *régime linguistique*, que é totalmente identificadora e reconhecedora da intenção de tornar possível a co-existência, a co-permanência e o respeito pelas diferentes línguas, tudo numa só organização, “(...) sans préjudice des dispositions prévues(...)” (CEE 1957: Traité instituant la Communauté Économique Européenne et documents annexes). Dessa primeira referência resultou a primeira regulação aprovada pelo Conselho Europeu, a partir da qual se estabeleceu o regime linguístico comunitário e que é considerada “(...)a kind of linguistic Charter of the European Economic Community (...)” (Žignič et al. 2013: 3).

## 2.2. PRIMEIROS PASSOS DO MULTILINGUISMO, ALARGAMENTOS E MERCADO ÚNICO

Na regulação No 1/58, o Conselho identifica as línguas oficiais da Comunidade, fixando-as em duas esferas essenciais: a institucional e a social, que são os dois focos do “(...) equal treatment of all languages (...)” (Schilling 2010: 65) nesta dissertação. Após estabelecer o alemão, o francês, o italiano e o holandês como línguas oficiais comunitárias, a legislação faz várias referências indirectas ao cidadão comum (esfera social) nos artigos seguintes, como a publicação de um jornal oficial nas quatro línguas já mencionadas ou a possibilidade de o cidadão poder contactar qualquer uma das instituições e receber uma resposta na mesma língua. No que concerne às instituições (esfera institucional), a legislação é mais flexível mas simultaneamente mais ambígua. Não existe qualquer distinção entre *working language* (utilizadas em encontros internos) e *official language*, (principalmente para comunicações institucionais para o exterior) e permite-se que cada instituição fixe, dentro daquilo que é expectável, a(s) língua(s) utilizada(s) na sua ordem de trabalhos, isto é, dentro dos seus *rules of procedure* (EEC Council 1958: Regulation No 1) ou ROP. Até esta altura, por um lado tinha surgido uma organização (prioritariamente económica) constituída por 6 países e já com 4 línguas oficiais, um feito culturalmente notável, e por outro, uma espécie de *laissez-faire* no que diz respeito ao real tratamento e real utilização daquelas. Em 1965, foi assinado o Tratado de Fusão, que visava exactamente unir as instituições e os poderes executivos da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa) e da CEE, criando uma única estrutura institucional, ou seja, o objectivo fulcral era a existência de uma só Comissão e de um só Conselho. Como tratado fundamentalmente económico, as referências à diversidade linguística são breves. De facto, apenas o Artigo 39 faz referência explícita a este tema ao informar que “This Treaty, drawn up in a single original in the Dutch, French, German, and Italian languages, all four texts being equally authentic (...)” (EC 1965: Treaty establishing a Single Council and a Single Commission of the European Communities). Ainda que seja uma curta menção às línguas, esta combinação da diversidade linguística com a igual autenticidade de versões, embora com os problemas inerentes (ver Theodor Schilling, 2010), faz *jus* ao objectivo assumido pelas Comunidades de dar acesso a toda a informação aos seus cidadãos nas suas próprias

línguas. Uma vez mais, o tema da diversidade é alvo de pouco aprofundamento, estando incluído nos *rules of procedure* das diferentes instituições: Conselho (Artigo 5), Tribunal de Justiça (Artigo 8) e Comissão (Artigo 16). O próprio significado dos *rules of procedure*, até então pouco claro, é importante para acompanhar o percurso do multilinguismo. Neste tratado, percebe-se que este termo envolve, não só a escolha de utilização das línguas mas também, por exemplo, fixação de salários, regras de funcionamento ou nomeações, ou seja, a legislação permitia efectivamente a possibilidade de duas instituições adoptarem interna ou externamente duas línguas diferentes. Precisamente, a questão das *working language* e *official language* permanece igualmente na ambiguidade, sendo que não há referência específica a estes termos.

A década de 70 assistiu ao primeiro alargamento das Comunidades Europeias. Foi um alargamento, tanto a nível espacial, como a nível linguístico, uma vez que aderiram à organização a Dinamarca com o dinamarquês e a Irlanda e o Reino Unido com o inglês. Devido ao seu papel na cena internacional e por ser a língua oficial em três dos cinco estados da antiga CEEA (Bélgica, França e Luxemburgo), o francês podia, por esta altura, ser considerada a língua original de trabalho das instituições comunitárias (Caviedes, 2003). Porém, o papel dos Estados Unidos da América na Segunda Grande Guerra e a adesão da Irlanda e do Reino Unido trouxeram uma realidade diferente. Aquando das referidas adesões, em 1973, a língua inglesa tornou-se imediatamente “(...)a working language within the institutions.” (Caviedes 2003: 253), representando, simultaneamente, o início de um ponto de viragem no percurso linguístico de então e uma linha de continuidade, pois, agora com 9 países e 6 línguas oficiais, as Comunidades Europeias cingiam-se à utilização de “(...) one or two powerful ones” [inglês e francês] (Christiansen, 2006: 26), tanto a nível interno como a nível externo. Oito anos depois, em 1981, a Grécia e o grego aderem à CE, aumentando para 10 e 7, o número de países e línguas oficiais respectivamente. A entrada helénica proporcionou, para além de uma nova língua, um novo alfabeto, reforçando o papel único de diversidade da organização europeia, já com uma proporção de países e línguas oficiais bastante equilibrada. Com a adesão de mais dois Estados e suas respectivas línguas - Portugal e o português, Espanha e o espanhol - a organização sentiu a necessidade de realizar novas reformas institucionais que se reflectiram no Acto Único Europeu (1986). Novamente, no tratado último o multilinguismo não possui um papel ou uma referência de destaque, estando apenas assinalado que as reformas seriam apresentadas nas diferentes línguas comunitárias e que o Tribunal Europeu teria de adoptar os seus ROP,

mediante aprovação do Conselho. Contudo, o documento marca uma nova etapa nas Comunidades Europeias, em vários aspectos, incluindo na parte linguística, ainda que seja de forma indirecta. A pretensão de criar um mercado único europeu onde os bens, os serviços, os capitais e as pessoas pudessem circular livremente iria envolver um contacto cada vez maior e mais intenso entre Estados, países e culturas. Nesse sentido, a esfera social foi completamente transformada pois esta proposta abria novas portas ao cidadão comum e às empresas para o mundo exterior, no qual o conhecimento linguístico era uma peça necessária para singrar. Cumpre destacar o papel do Presidente da Comissão Europeia em 1985, Jacques Delors, que publicou um Livro Branco com 279 medidas legislativas com vista à criação do referido mercado até 1992, o papel do Conselho Europeu de Fontainebleau (Comité Adonnino), o qual para além de encorajar a aprendizagem de línguas na infância, também sugeriu objectivos específicos para professores da área e, ainda, o papel do Conselho de Ministros de 1984, que estabeleceu como imprescindível a aprendizagem prática de duas línguas após o fim da escolaridade obrigatória (Žignić et al., 2013). Com esta percepção de que o percurso educativo possuía uma relação íntima com a aprendizagem de línguas, surgiram as primeiras iniciativas práticas nesse sentido, como o programa *Erasmus*, destinado à mobilidade de estudantes e professores do ensino superior dentro do espaço comunitário, e o *Lingua*, que essencialmente sublinhou a aprendizagem de línguas como vital para a construção europeia.

A entrada na década de 90 marcou uma nova dimensão do multilinguismo, uma vez que foi nessa altura que "(...) featured prominently on the EU agenda." (Romaine 2013: 117). Seguindo essa linha de pensamento, o Tratado da União Europeia (TUE) ou Tratado de Maastricht (1992) teve um enorme contributo, uma vez que os seus objectivos ambiciosos levaram à mobilidade dos cidadãos que se depararam com interacções económicas e linguísticas complexas. Inserido na secção da política social, educação, formação profissional e juventude, o multilinguismo (ainda não denominado como tal) aparece designado como "(...) diversidade cultural e linguística." (Comissão Europeia e Conselho Europeu 1992: 47). Neste tratado, a promoção das línguas dos Estados-membros, a mobilidade de estudantes e professores, a cooperação entre estabelecimentos de ensino, o intercâmbio de experiências sobre questões dos vários sistemas educativos ou o estímulo da cooperação entre estabelecimentos de formação profissional e empresas foram algumas das prioridades assumidas pela Comunidade no Artigo 126º e 127º, respectivamente, do Capítulo III. Nas disposições finais, no Artigo

S, naturalmente, está presente a referência às diferentes línguas comunitárias, nas quais está redigido o presente tratado, inclusive em irlandês, que, apenas em 2007 obteve o estatuto de língua oficial comunitária (Athanassiou, 2006). Na acta final, o regresso da expressão “regime linguístico” (Comissão Europeia e Conselho Europeu 1992: 241), embora apenas no domínio da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) demonstra a importância do “todo” formado pelas línguas comunitárias que, naturalmente, deve possuir determinadas linhas de orientação. Curiosamente, afirma-se que o regime linguístico da PESC seria o mesmo utilizado pelas Comunidades Europeias sem haver um realmente definido e detalhado, pelo menos a nível legal.

### **2.3. CRESCIMENTO E ORIENTAÇÃO DO MULTILINGUISMO**

Também por força dos crescentes e mais evidentes nacionalismos a nível europeu a partir dos anos 90 (Resende, 2007) o multilinguismo ganhou um novo fôlego durante a década. A adesão da Áustria, da Finlândia e do finlandês, da Suécia e do sueco em 1995 marcou um ponto de viragem, não só para a unicidade linguística europeia, que contava já com 15 Estados-membros e com 11 línguas oficiais, mas também para a difusão da própria língua inglesa. De acordo com o Dr. Paulo Correia, tradutor e terminólogo na Direcção-Geral da Tradução da União Europeia, foi por esta altura que o inglês começou a ser introduzido a nível interno nas instituições europeias, uma vez que “(...) des nouveaux États membres comme la Suède, la Finlande et l’Autriche, ont parfois encore un mauvais niveau passif du français (...)”, pelo que a sua presença e participação implicava “(...) l’usage de l’anglais comme condition (...)” (GRASPE<sup>2</sup> 2002: 18).

A cada alargamento e com o mercado único a crescer, era cada vez mais imperativo adoptar políticas no sentido de promover boas relações e uma boa rede de comunicações entre Estados, onde o conhecimento linguístico seria uma das chaves para o sucesso.

Dois anos mais tarde, em 1997, foi assinado o Tratado de Amesterdão, que introduziu grandes mudanças relativamente à tomada de decisões com vista a torná-lo mais transparente através do processo legislativo ordinário (PLO). No que toca ao regime linguístico comunitário não são propostas grandes mudanças, apenas o aditamento das

---

<sup>2</sup> Groupe de Réflexion sur l’avenir du Service Public Européen

novas línguas às traduções do presente tratado e dos tratados de adesão e o reforço da comunicação entre o cidadão e um órgão ou instituição comunitários na mesma língua.

Com a entrada do novo milénio e com a introdução do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (ELSJ) pelo tratado último, o contacto entre sociedades europeias era cada vez mais frequente e intenso pelo que surgiu um documento essencial que tinha como objectivo principal assegurar direitos como a cidadania e as liberdades dos cidadãos europeus: a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE), que possuía um carácter vinculante e tinha o mesmo valor jurídico que os tratados. A primeira referência directa às línguas é visível no Artigo 21º, o qual indica que “É proibida a discriminação em razão, designadamente, do sexo, (...) **língua** (...)” [destaque não presente no original] (União Europeia 2000: 13). No artigo seguinte, a intenção de preservar a unicidade linguística europeia torna-se clara com a afirmação de que “A União respeita a diversidade cultural, religiosa e **linguística**.” [destaque não presente no original] (União Europeia 2000: 13). Novamente, a possibilidade de diálogo entre os cidadãos e as instituições no mesmo idioma está presente no Artigo 41º como um direito fundamental. Embora não estejam directamente ligados à diversidade linguística, os Artigos 14º e 15º, relativos ao direito à educação e ao trabalho respectivamente, têm o seu papel uma vez que, por esta altura, a União tinha já reconhecido a existência de uma relação de causalidade entre aquelas duas actividades e a aprendizagem linguística. A CDFUE, influenciada pela CEDH e pela DUDH, para além do seu elevado valor jurídico, tinha ainda um papel moral e ético com um peso significativo, uma vez que definia direitos básicos, desde o direito à vida ao direito à protecção diplomática, demonstrando indubitavelmente a sua abrangência.

Nos termos tratados nesta dissertação, a CDFUE deu pouca margem de manobra ao Tratado de Nice, assinado apenas um ano depois. Foram realizadas somente algumas alterações a artigos do TUE e dos Tratados de Roma já existentes, nomeadamente sobre o contacto cidadão-instituições e o regime linguístico a ser utilizado. Nice, contudo, tinha um objectivo fundamental: preparar reformas institucionais para uma UE com 25 Estados-membros, o que traz toda uma nova configuração a nível linguístico jamais vista por ser o maior alargamento da história da organização. Em 2004, a União Europeia assiste à adesão de 10 novos países (Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa) e 9 novas línguas (eslovaco, esloveno, estoniano, húngaro, letão, lituano, maltês, polaco e checo) constituindo assim um número record, tanto de Estados (25) como de idiomas oficiais



(20). Foi efectivamente um evento impressionante, uma vez que ressaltou e consolidou a Europa como um continente detentor de uma riqueza linguística tremenda, onde os cidadãos e as instituições de diferentes países iriam interagir entre si, estabelecendo um ambiente culturalmente ainda mais único e diverso. No mesmo ano, com centenas de milhões de cidadãos e ainda com mais alargamentos à vista, a UE sentiu a necessidade de criar uma constituição. Não seria uma tarefa fácil pois era susceptível de interferir com as constituições e com os processos políticos de cada Estado-membro. A ratificação, que teria de se realizar via referendo ou via Parlamento, não chegou a ocorrer, exactamente porque França e Holanda rejeitaram a Constituição única no momento da votação final, razão pela qual não referirei o documento como uma base legal para a diversidade linguística. Ainda assim, o fracasso da constituição foi essencial para o aparecimento do mais recente principal tratado da UE: o Tratado de Lisboa (2007) mas antes a organização ainda iria testemunhar a mais um alargamento (a leste). Roménia e o romeno e Bulgária e o búlgaro foram os novos membros desta União Europeia já preparada e habituada a incluir novas línguas. A entrada do búlgaro representou um outro novo marco histórico, já que com ele entrou também o terceiro alfabeto oficial da UE: o cirílico, ao lado do grego e do latino.

No fim de 2007, o Tratado de Lisboa foi assinado, de certa forma, em substituição da ambiciosa constituição, que nunca chegou a ser ratificada. Os objectivos gerais do documento passariam por reforçar o papel do Parlamento da UE, agora com 27 Estados-membros e com mais de 500 milhões de pessoas, e alterar o procedimento de votação no Conselho. O tratado revela algumas referências directas às línguas, embora muitas delas sejam apenas alterações ou aditamentos. A título de exemplo, a questão das traduções do presente tratado e de outros foi, naturalmente, alargada às línguas mais recentes e foi reforçado um dos grandes objectivos da União: respeitar a riqueza da diversidade cultural e linguística (União Europeia, 2007). No entanto, foi um tratado diferente, no que diz respeito à ideia da relação entre a economia e a aprendizagem de línguas, algo que já tinha sido identificado pelas conclusões da presidência do Conselho em Março de 2000 (Krzyzanowski and Wodak, 2011). De facto, para se realizar a análise ao presente tratado é necessário referir e compreender os objectivos da Estratégia de Lisboa, ainda que não represente uma base legal para a diversidade linguística. Este plano, aprovado pelo Conselho, dizia respeito ao desenvolvimento económico e social da União. Nele, a UE constitui uma das grandes economias mundiais e para competir com as restantes seria crucial apostar numa economia baseada

no conhecimento (Conselho Europeu, 2000). Esta alternativa incluía, entre outros aspectos, competências nas tecnologias de informação (emergentes na época) e em línguas estrangeiras, denominadas de “novas competências básicas” (Conselho Europeu 2000: 10). Portanto, esta estratégia de cariz económico, de certa forma, foi o culminar da percepção supramencionada de Suzanne Romaine (2013), e serviu de base ao novo tratado, que prosseguiu com essa visão económica do conhecimento. Logo no Artigo 2º pode ler-se “[A União Europeia] Empenha-se no desenvolvimento sustentável da Europa, assente num crescimento económico equilibrado (...), numa economia social de mercado altamente competitiva que tenha como meta o pleno emprego e o progresso social, (...)” (União Europeia, 2007: 11). Ora, para alcançar tal fim o caminho passaria por uma “instrumentalisation of languages” (Krzyzanowski and Wodak 2011: 123), ou seja, o conhecimento linguístico continuaria a ser uma espécie de meio necessário para uma economia comunitária cada vez mais competitiva. Segundo Krzyzanowski e Wodak (2011), houve efectivamente uma tendência global para a *economisation*<sup>3</sup> via the *Knowledge-Based Economy (KBE)*, que influenciou enormemente a ideologia linguística comunitária. Sendo a UE originalmente uma organização de cariz económico e estando o conhecimento linguístico intrinsecamente ligada à economia, o multilinguismo foi, de forma natural, ganhando força, pelo que, no mesmo ano do Tratado de Lisboa, deixou de estar associado à pasta da Educação e da Cultura e foi criado o primeiro “Separate Commission’s Portfolio on Multilingualism” (Krzyzanowski and Wodak 2011: 124), dirigido pelo romeno Leonard Orban. O economista rejeitou a existência de uma língua franca (Romaine, 2013), definiu a aprendizagem de línguas estrangeiras como uma das suas prioridades e a sua equipa foi responsável pelo surgimento do programa *Lifelong Learning 2007-2013*, que englobava vários sub-programas como o *Grundtvig* ou o *Leonardo da Vinci*. No entanto, e apesar da sua crescente importância na altura, o multilinguismo voltou, em 2010, ao dossiê da Educação e da Cultura “(...) leaving unimplemented most of the key provisions of the policies elaborated within the Action Plan *Multilingualism: An Asset for Europe and a Shared Commitment*” (Romaine 2013: 119).

Três anos mais tarde, a UE testemunhou a entrada de mais um Estado-membro e com ele mais uma nova língua: a Croácia e o croata, respectivamente. Aparte da legitimação

---

<sup>3</sup> Conceito utilizado por Michal Krzyzanowski e Ruth Wodak referindo-se aos propósitos económicos que a aprendizagem de línguas poderia vir a ter para a União Europeia

do croata como língua oficial, com o mesmo valor jurídico e linguístico no Artigo 52º (União Europeia, 2012), o referente Tratado de adesão não trouxe grandes alterações a nível do multilinguismo.

## 2.4. CONCLUSÃO

Entenda-se que em 1958, aquando da primeira regulação do Conselho, a CEE fazia o seu caminho com apenas 4 línguas oficiais e praticamente 60 anos depois, o número quase sextuplicou, algo impensável na época e que actualmente exige uma política fixa e duradoura que mereça “(...) as much consideration (...) as other social and economic policies.” (Christiansen 2006: 22) e que não proporcione um “(...) hegemonic policy paradigm (...)” (Krzyzanowski and Wodak 2011: 119).

A nível de base legal da diversidade linguística, pode concluir-se que o tema não foi uma das prioridades num primeiro momento, a altura da própria formação comunitária. Se por um lado acaba por ser natural, uma vez que se tratava de uma organização prioritariamente económica pelo que possuía outros objectivos, por outro, a Comunidade deveria ter, desde logo, proporcionado condições para a formação de uma “ecological language policy” (Christiansen, 2006). Depois da primeira regulação do Conselho, alguns aspectos tornaram-se claros, tais como as línguas comunitárias oficiais e a possibilidade de contacto por parte do cidadão comum num desses idiomas. No entanto, todas as decisões relativas ao modelo linguístico a utilizar dependiam exclusivamente dos *rules of procedure*, nos quais estava incluído o regime linguístico, que teria de ser acertado institucionalmente. Talvez um dos aspectos mais concretos relativamente ao tema fosse o facto de, na época, a língua mais utilizada, tanto institucional ou socialmente, ser o francês por ter o papel internacional como, aliás, já foi referido anteriormente. Contudo a ambiguidade acompanhou a diversidade linguística até sensivelmente aos anos 70, década em que o tema ganhou outras proporções. Com base nas páginas anteriores, pode dizer-se que a partir da década de 80 a Comunidade começou a seguir, não propriamente uma política mas uma linha de orientação ao relacionar a aprendizagem linguística com o percurso escolar. Nos anos 90, os tratados de Maastricht e Amesterdão, para além de reforçarem o papel do mercado único, e, juntamente com as entradas do finlandês e do sueco, incitaram à criação do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (ELSJ), que, por sua vez,

influenciou a feitura da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE). Foi um regresso à “diversidade linguística vinculativa”, já que, tal como em anos anteriores mas por razões diferentes, na ausência de uma política propriamente dita, era essencial existir um documento que fizesse com que os Estados e a própria UE respeitassem os mínimos dos “language rights” (Extra and Yağmur 2011: 1174). Precisamente os anos 2000 marcaram uma nova e diferente etapa: a aprendizagem linguística como forma de fortalecer e tornar mais competitiva a economia comunitária. Foi a partir daqui que, a meu ver, a União deu os primeiros passos no sentido de adoptar uma verdadeira política relativa à aprendizagem e diversidade linguísticas, uma vez que até então o tema era apenas referenciado (como em certos tratados) ou eram tomadas decisões isoladas que, como um “todo” não guiavam o multilinguismo numa direcção definida. Ainda assim, assumindo a existência de um caminho para as línguas, o Tratado de Nice (2001) não trouxe grandes alterações nestes termos mas serviu de preparação para aquilo que seria o maior alargamento na história da UE. Tendo isso em mente e sabendo que os cidadãos e as instituições de vários Estados iriam interagir cada vez mais entre si, a Comunidade, com o objectivo ambicioso e audaz de criar uma Constituição única em 2004, tentou efectivamente “começar do zero” e garantir os direitos políticos, económicos e sociais no espaço europeu. Não obstante, a ratificação nunca chegou a ocorrer, devido à rejeição por parte de França e da Holanda, dois países com grande tradição europeia, o que demonstra também a preocupação dos Estados no que concerne a documentos comunitários “fortemente vinculativos”.

Dando mais peso e mais importância ao multilinguismo na agenda comunitária, o Tratado de Lisboa (2007) representou o passo seguinte: a criação de um comissariado próprio liderado por Leonardo Orban, algo que não foi sol de longa dura pois, em 2010, passou para a pasta da Educação e da Cultura, retirando-lhe alguma visibilidade e fazendo uma relação perigosa entre multiculturalismo e multilinguismo (Extra and Yağmur, 2011).

De facto, todas estas presenças do multilinguismo em documentos desta natureza conferem ao tema, para além de uma legitimidade indiscutível, características inevitáveis e próprias do espaço europeu. Desde a formação da CEE que a diversidade linguística é algo incontornável e parte constituinte da “genética europeia”, marcas que se impõem quando se fala da unicidade do continente. Seguindo essa linha, a presente secção determina, em certa medida, a base orientadora para o tratamento do multilinguismo como assunto essencial, não só por ter sido a primeira regulação

aprovada do Conselho mas igualmente pelo estatuto de protecção que assumiu a certa altura, sendo tratado, tanto por “diversidade linguística”, como por “preservação linguística”. Nesse sentido, as decisões do executivo europeu relativas ao tema teriam de ser influenciadas por este percurso vinculativo e legítimo e é exactamente aí que a descrição da base legal funciona como ponto de partida para entender as acções comunitárias mas mais importante para distinguir orientações e políticas práticas e reais consoante a pluralidade linguística existente, daquilo que poderá ser classificado como um “défice democrático linguístico” e a sua possível existência.

### **3. PRINCIPAIS PROGRAMAS E ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER O MULTILINGUISMO**

Após a apresentação da base legal na secção anterior e da descrição da evolução da política linguística da UE nos seus traços gerais, é igualmente necessário descrever as principais iniciativas, relacionadas directa ou indirectamente com a promoção da diversidade linguística, para compreender como o executivo europeu lida com o tema e como (e se) incentiva os seus cidadãos nesse sentido. Mais que isso, esta secção contém informação que descreve, de maneira geral, as iniciativas nas quais o executivo apostou, de modo a preservar, respeitar e propagar as diferentes línguas europeias. Como tal, estes planos representam, não os “primeiros passos” mas sim os primeiros grandes passos de uma longa caminhada que, a meu ver, até determinada altura, não envolvia uma estratégia fixa e coordenada. Se, por um lado, a secção anterior se traduz numa base orientadora para o multilinguismo, por outro, a presente pode ser interpretada como uma tendência para planos futuros relacionados com a pluralidade linguística, já que, a aplicação prática dos programas é fruto de deliberações e análises por parte da UE e, adicionalmente, e como irei descrever, alguns deles foram apenas actualizados ou incluídos em estratégias mais englobantes. É fulcral lembrar que uma base legal é legítima e vinculativa mas somente tem o seu peso quando existem iniciativas práticas na mesma direcção e, tendo isso em conta, os programas europeus são cruciais para perceber como foi guiado o multilinguismo pela União Europeia, primeiramente para identificar que tipos de planos e estratégias foram delineados para um tema que determina, em grande medida, a identidade europeia (Extra and Yağmur, 2011) e, em segundo, para constatar se o tema teve a sua importância reconhecida. De referir que o

objectivo desta secção não passa por analisar dados concretos ou percentagens, nem por detalhar a história de cada um dos programas, mas sim dar a conhecer o essencial das principais medidas comunitárias respeitantes à promoção linguística, numa perspectiva de linha de evolução do núcleo de pensamento e de acção do executivo europeu. Para tal, abordar a ampla estratégia *Aprendizagem ao Longo da Vida* (ALV), que esteve em vigor desde 1995 até 2013, é praticamente obrigatório pois alguns dos programas, a determinada altura, foram partes integrantes da mesma, cada um com a sua função específica, ainda que, efectivamente, haja programas, como o caso do Erasmus, que continuaram a existir e a apoiar cidadãos na aquisição de experiências e conhecimento únicos, mesmo após o fim do período da ALV. Apesar disso, a estratégia, no seu todo, pretendia “(...) contribuir (...) para o desenvolvimento da Comunidade enquanto sociedade avançada baseada no conhecimento, (...)” (Parlamento Europeu e Conselho, 2006), demonstrando a clara influência da Estratégia de Lisboa, e surgida no mesmo ano do Tratado, precisamente, de Lisboa. Cumpre ainda destacar que, pese embora o incremento do saber linguístico seja uma das metas dos programas doravante mencionados, “(...)os seus objectivos linguísticos não são definidos nem quantificados.” (Silva 2011: 15). Por serem páginas essencialmente descritivas optei por não incluir uma conclusão. Os conceitos mais importantes desta secção são:

- Aprendizagem linguística
- Europa do conhecimento
- Mobilidade
- Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)

### **3.1. LINGUA**

Sendo o primeiro e único programa unicamente ligado à aprendizagem linguística, com acções fundamentalmente em prol da promoção dos idiomas comunitários, o *Lingua* merece o seu papel de destaque pelo que é o primeiro a ser descrito. Portanto, não esquecendo este pioneirismo e admitindo a competência linguística como “(...) necessary to support mobility, economic and administrative interaction and cooperation in practically every sphere of activity ” (Commission of the European Communities 1991: 2), o *Lingua*, posto em prática em 1990, possuía objectivos linguísticos a partir de uma base comunicacional, já tendo em vista o então futuro mercado comum. Essa meta

seria alcançada por meio da formação de professores e outros agentes do ensino no estrangeiro, do fomento de línguas estrangeiras nas universidades e no ensino técnico e profissional, a incidência do ensino de idiomas na vida económica e nas relações laborais e a incitação de intercâmbios de jovens dos ensinos anteriormente referidos (Commission of the European Communities, 1991). A partir de 1995, o *Lingua*, findou a sua primeira fase, foi integrado no programa englobante *Sócrates*, e os propósitos a atingir eram ligeiramente diferentes. Nesta segunda fase, a prioridade era melhorar os instrumentos de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, proporcionar troca de experiências e práticas, estabelecer um determinado nível linguístico para situações profissionais específicas e encorajar a aprendizagem e divulgação de línguas menos faladas e com menos falantes a nível comunitário. O fim do *Lingua* coincidiu com o fim do programa *Sócrates*, em 2006, substituído pela segunda fase da estratégia ALV mas durante a sua existência ajudou a promover cerca de 144 projectos relativos à aprendizagem de línguas e à difusão da mesma<sup>4</sup>.

É, de facto, essencial indicar que, desde o seu início, o presente programa incluiu o ensino do irlandês no seu plano de acção<sup>5</sup>, língua essa que obteve o estatuto de oficial comunitária, recorde-se, apenas 17 anos depois do aparecimento do *Lingua*.

### 3.2. ERASMUS

Com a ambiciosa intenção de criar um mercado único onde os bens, os serviços, o capital e as pessoas pudessem circular livremente sem restrições e sem fronteiras, o então Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, deu o mote para este grandioso objectivo ao publicar o famoso Livro Branco em 1985, como, aliás foi supramencionado. A partir daqui, a Comunidade foi, de certa forma, forçada a olhar para a diversidade linguística com uma visão mais preservadora e mais europeia e não tão vinculativa como tinha sido até à época, não só porque os cidadãos europeus iriam ter oportunidades claras de interacção entre si mas também porque a rede de comunicação entre os Estados e a União Europeia, de facto, teria de ser eficaz ao ponto de se estabelecer cooperações a vários níveis. Seguindo essa lógica e considerando os jovens como um ponto de partida, a Comissão testava já essa hipótese de intercâmbio de

---

<sup>4</sup> <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1491210762637&uri=CELEX:52009DC0159>

acedido em 03/04/2017

<sup>5</sup> [http://eacea.ec.europa.eu/static/en/overview/lingua\\_overview.htm](http://eacea.ec.europa.eu/static/en/overview/lingua_overview.htm) acedido em 24/03/2017

estudantes desde o início da década de 80. Não foi uma iniciativa com opiniões convergentes devido às diferentes contribuições orçamentais dos Estados e métodos de votação numa organização, na altura testemunha de 2 alargamentos e com 9 países, mas representou “(...) one of the first initiatives to implement the fundamentals of the European Space for Higher Education (...)” (Rodriguez et al 2011: 2). Após o referido projecto-piloto, a Comissão apresentou a proposta em 1986 mas somente entrou em vigor no ano lectivo de 1987/1988, depois de resolvidas todas as divergências. O programa foi apelidado de *Erasmus* em homenagem ao filósofo, teólogo e humanista holandês que passou parte da sua vida em vários países em busca do conhecimento proveniente de interacções com outros povos. Pode interpretar-se igualmente como um acrónimo, sendo o significado *EuRopean Community Action Scheme for the Mobility of University Students*<sup>6</sup>.

Para se ter uma ideia da magnitude deste programa inovador, no primeiro ano de existência, o *Erasmus* registou mais de 3.200 alunos<sup>7</sup> com um total de 11 países participantes. Numa altura em que a esfera social e a institucional estavam a sofrer enormes transformações devido à intenção de criar o mercado único, esta iniciativa almejou um grupo social específico: estudantes universitários, e, seguindo essa linha de raciocínio, é essencial recordar a decisão do Conselho de Ministros de 1984 respeitante à aprendizagem de duas línguas após a escolaridade obrigatória, que pode ser interpretada como uma das causas para o aparecimento do programa. Em 1995, ano de alargamento comunitário, o *Erasmus*, tal como ocorreu com o multilinguismo, perdeu sua independência e foi incluído no Programa Sócrates, que seria mais abrangente no sentido de incluir “school education and adult education as well as horizontal activities in the areas of language learning”<sup>8</sup>. Em resposta à cada vez maior internacionalização do ensino superior (Comissão Europeia, 2007), a Comunidade fez surgir uma nova vertente do presente programa: o *Erasmus Mundus*, cujos objectivos passavam por melhorar a qualidade daquele tipo de ensino, promover o diálogo entre as diferentes culturas, não só europeias, e trabalhar em prol do desenvolvimento sustentável de países terceiros. Em certa medida, houve igualmente uma visão económica em relação ao tema, tal como ocorreu no Tratado de Lisboa no mesmo ano, na qual a Europa era

---

<sup>6</sup> [http://ec.europa.eu/education/erasmus/history\\_en.htm](http://ec.europa.eu/education/erasmus/history_en.htm) acedido em 17/03/2017

<sup>7</sup> [http://ec.europa.eu/education/erasmus/history\\_en.htm](http://ec.europa.eu/education/erasmus/history_en.htm) acedido em 17/03/2017

<sup>8</sup> <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/GA/TXT/?uri=uriserv:c11023> acedido em 20/03/2017



continuamente vista como um mercado competitivo mas que “(...) sigue estando a la zaga de los Estados Unidos si se tienen en cuenta determinados indicadores académicos fundamentales.” (Comissão Europeia 2007: 3). Todavia, a iniciativa, desde a sua existência, já proporcionou novas experiências a cerca de 3 milhões de estudantes e a mais de 300.000 professores europeus até 2013, ano em que foi decidida a fusão de mais 4 programas, cada um com a sua vertente educativa, passando à denominação de *Erasmus +*, incluído no dossiê da educação, formação, juventude e desporto. Prevê-se que esta última fase do programa esteja em vigor até 2020.

### 3.3. SÓCRATES

Dada a intenção de contribuir para o desenvolvimento do ensino e da formação comunitárias e a gradual construção de uma zona europeia de cooperação educativa, o Conselho e o Parlamento instituíram um plano de maior dimensão que abarcasse um conjunto de objectivos relativos ao ensino universitário (*Erasmus*), ao ensino escolar (*Comenius*), ao ensino com base nas tecnologias de informação e comunicação (*Minerva*) e à aprendizagem direccionada para línguas estrangeiras (*Lingua*): o programa *Sócrates* (1995). Na sua primeira parte, o presente plano continha finalidades específicas a nível da mobilidade de estudantes e professores, do conhecimento de línguas europeias, do reconhecimento de diplomas de línguas na “open European area for cooperation in education” (European Parliament and the Council 1995: 13), do incentivo à educação à distância e da troca de experiências e do fortalecimento do espírito europeu na educação. Com 31 países participantes, entre Estados-membros e os então países associados, *Sócrates* iniciou a sua segunda fase em 2000, apresentando um discurso ligeiramente diferente. Por esta altura, a estratégia baseava-se já na ideia da aprendizagem ao longo da vida e da “Europa do conhecimento”, sendo os objectivos similares aos da primeira fase. A este propósito, é essencial lembrar que a Estratégia de Lisboa ocorreu no mesmo ano e que o presente plano viria a ser substituído pela ALV seis anos depois, o que transparece, de forma inequívoca, a influência das orientações últimas na aplicação prática dos programas.

### 3.4. COMENIUS

Programa mais englobante no que diz respeito ao público-alvo, o *Comenius* focou-se nos vários ensinos, desde o pré-escolar até ao universitário, mas também possuía objectivos para “(...) teachers, local authorities, and education institutions, among others.”<sup>9</sup> Com a criação da estratégia *Aprendizagem ao Longo da Vida* em 1995, a UE pretendia revitalizar o sistema educativo através da troca de informação e de experiências entre agentes da comunidade educativa de várias localizações geográficas (Queirós, 2013) e nessa linha de orientação, o *Comenius*, ramo da anterior estratégia, tinha fins específicos que passavam por aumentar a mobilidade dos estudantes e professores dentro da Europa, incentivar a parceria entre instituições de ensino europeias, melhorar a qualidade de ensino e estimular a aprendizagem de línguas através da utilização das tecnologias de informação e comunicação. Para conferir os termos práticos, nos quais funciona o presente programa, nomeadamente na questão de parcerias entre estabelecimentos de ensino europeus, ver a dissertação de Maria Isabel Tomé Queirós (2013), na qual, para além de se abordar a cidadania como um código extralinguístico, descreve-se a cooperação específica entre a Escola Secundária de Penafiel e a Fraena Upper Secondary School, na Noruega. De salientar a origem do nome do programa que se deve ao bispo, pedagogo, cientista e escritor, Jean Amos Comenius, nascido no século XVI, na Morávia, hoje parte integrante da República Checa. Comenius, durante a sua vida, lutou pela fraternidade entre igrejas e povos, pela igualdade de direitos e de oportunidades a nível de educação e por toda uma reforma no sistema educativo, tendo deixado a grandiosa obra *Didactica magna*.

### 3.5. GRUNDTVIG

No âmbito da Cimeira de Lisboa, em 2000, já tendo em mente o objectivo de tornar a UE numa economia do conhecimento, era necessário abranger mais grupos etários que não os jovens, face igualmente ao envelhecimento da população europeia.<sup>10</sup> Nesse sentido, o *Grundtvig* surgiu como programa destinado à educação de adultos, por um lado numa perspectiva de conhecimento, e por outro, numa de inclusão social e cidadania democrática daquele grupo da população, muitas vezes “marginalizado”

---

<sup>9</sup> [http://ec.europa.eu/education/tools/llp\\_en](http://ec.europa.eu/education/tools/llp_en) acedido em 20/03/2017

<sup>10</sup> <http://ciedbraganca.ipb.pt/wp/diversos/grundtvig/> acedido em 20/03/2017

(Comissão Europeia, 2005). De entre os principais propósitos do programa, do qual faziam parte 31 países, estão as parcerias e redes entre professores e alunos europeus, melhorar a qualidade da formação dada aos adultos e a sua mobilidade, incentivar a procura da mesma e encorajar o uso de materiais pedagógicos inovadores. Possibilitar a cooperação com instituições formais (escolas ou universidades), não-formais (associações ou museus) e, até mesmo, com organizações não-governamentais fazia também parte do plano para o sucesso da estratégia. Programa ambicioso pelos objectivos para determinado público-alvo, o *Grundtvig* tencionava, até 2013, aumentar o número de estudantes adultos para 25.000 e que, pelo menos, 7.000 pessoas pudessem beneficiar de experiências de aprendizagem no estrangeiro.<sup>11</sup>

### 3.6. LEONARDO DA VINCI

Lançado em 1995, o programa *Leonardo da Vinci* teve um papel de peso tocante a uma categoria estudantil bastante sensível: os alunos do ensino profissional. Deu, do mesmo modo, importância à formação profissional para cidadãos já empregados, reconhecendo o valor que a educação tem ao longo de toda a vida, como, aliás, faz referência o próprio nome da estratégia. Para além de incluir a melhoria da formação profissional na Europa e de proporcionar intercâmbios, o programa (e a própria UE) evidenciou pouca experiência em relação a este tipo de ensino ao admitir que é necessário “a better understanding of vocational training, i.e. how it works and what the real needs are;”<sup>12</sup>, uma vez que somente a partir dos anos 90 a formação profissional foi considerada importante em resposta às rápidas mudanças económicas e sociais e à crescente competitividade (Commission of the European Communities, 2000). De acordo com a Comissão (2000), o *Leonardo da Vinci*, até 1999, fim da sua primeira fase, contribuiu para a mobilidade de cerca de 127.000 pessoas entre 29 países participantes. Com as “conclusions of the **European Council of Lisbon** in March 2000 (...)” (Commission of the European Communities 2000: 5) [destaque presente no original], uma política linguística orientada surgiu dando à educação e à formação “(...) a new impetus.” (ibid: 5), culminando na segunda fase do programa (2000-2006). Neste período do Leonardo da Vinci, tencionava-se atingir os mesmos objectivos mas através

---

<sup>11</sup> <https://www.huaja-bs.eu/grundtvig-programme> acedido em 21/03/2017

<sup>12</sup> [http://cordis.europa.eu/news/rcn/3827\\_en.html](http://cordis.europa.eu/news/rcn/3827_en.html) acedido em 21/03/2017

de meios diferentes, ou seja, por acções mais descentralizadas e mais próximas das pessoas (European Commission, 2000), cujo resultado expectável atinente ao número de cidadãos usufrutuários da mobilidade seria o dobro do número atingido na primeira fase: 250.000 (ibid: 3). O início da estratégia ALV marcou a inclusão de alguns programas na sua esfera e o *Leonardo da Vinci* não foi excepção. Em 2007, a segunda fase da ALV entrou em vigor, fixando o presente programa como um dos elementos fundamentais contra “(...) the old-fashioned concept of workers acquiring skills only until a certain stage of life(...)” (European Commission 2009: 4) e, segundo a própria Comissão (2009), 58% dos cidadãos que recorreram ao *Leonardo da Vinci* estariam empregados após experiências no estrangeiro.

### 3.7. MINERVA

Integrante no programa *Sócrates*, o *Minerva* ocupou-se da área do ensino aberto e à distância, bem como da utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no ensino. Os propósitos do programa eram, essencialmente, alcançar uma convergência entre professores, aprendentes e público em geral sobre a utilização responsável dos meios tecnológicos nos diferentes sistemas de ensino, assegurar que determinadas ideias pedagógicas tivessem o peso necessário no desenvolvimento de produtos e serviços baseados nas TIC e, ainda, providenciar o acesso a métodos e recursos educativos e às melhores práticas nesse sentido. Para além dos alunos e professores, os destinatários eram também cidadãos, empresas e instituições ligadas ao mundo industrial, da multimédia e das TIC, e a própria sociedade de informação no intuito de realizar actividades relacionadas com a inovação, trabalhar em actividades que pudessem propor novos métodos de ensino e, naturalmente, partilhar resultados de experiências no campo da educação aberta e das TIC. Um dos projectos mais influenciados por esta iniciativa foi o *e-Learning*, com foco na aprendizagem electrónica e na literacia digital, tendo o *Minerva* proporcionado um total de 347 concessões para apoiar o uso das TIC no ensino<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1491210762637&uri=CELEX:52009DC0159>  
acedido em 03/04/2017

## 4. OS MULTILINGUISMOS INSTITUCIONAL E SOCIAL

Sendo um dos focos de análise neste relatório, o multilinguismo a nível institucional representa, de maneira directa, a forma como a própria União Europeia lida com o tema da diversidade e preservação linguísticas e, como tal, contém uma importância capital no que diz respeito ao tratamento da sua orientação linguística e às ideias que passam aos cidadãos (dimensão social), seja directa ou indirectamente. É essencial não esquecer que o nível de integração numa organização como esta é bastante profundo, muito mais que em organizações como a ONU (Rowe, 2002), uma vez que há leis, deveres e direitos a serem compreendidos e cumpridos pelos cidadãos europeus. Nesta secção específica será feita uma separação entre o carácter vinculativo do multilinguismo e o seu carácter prático, já que são dois lados opostos do mesmo tema.

Após verificar o modo como o triângulo institucional aplica, de um ponto de vista pragmático, o multilinguismo, é, de todo, pertinente abordar a questão a nível social. É um dado adquirido que a gestão dos sistemas de ensino de cada país não são da responsabilidade da União Europeia, contudo o exemplo dado pelo executivo vai, de alguma forma, influenciar o conhecimento linguístico dos cidadãos por vários motivos, entre os quais o próprio poder institucional e o alargamento de oportunidades profissionais. Como tal, apresentarei e analisarei dados e estatísticas específicas respeitantes às capacidades linguísticas dos cidadãos europeus, de maneira a dar uma ideia do panorama idiomático comunitário, nomeadamente, aferir se existem sociedades linguisticamente mais discrepantes que outras.

Para completar esta importante secção, estarão presentes os seguintes conceitos fundamentais:

- Combinações linguísticas
- Línguas processuais
- *Géométrie variable*
- *Language disenfranchisement*
- Sociedade multilingue

## 4.1. O MULTILINGUISMO NAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

“Le multilinguisme des institutions européennes doit viser à assurer l’égalité des apports culturels des composantes nationales de l’Union.” (GRASPE 2002 : 12)

A avaliar pelas secções anteriores, sabe-se que a nível de tratados a diversidade linguística foi, ao longo do tempo, envolvendo-se cada vez mais na agenda comunitária, apesar de nem sempre ter o devido protagonismo. Foi estabelecido, desde 1958, que as línguas oficiais dos Estados seriam igualmente línguas oficiais da organização e, à medida que foram aderindo mais países, os seus idiomas eram fixados como *official* e *working languages*, dois conceitos rodeados de ambiguidade. Em quase 60 anos, a União Europeia conseguiu incluir mais 20 línguas (e 23 Estados) ao seu leque linguístico pelo que todas elas teriam de ser tratadas de forma idêntica pois a partir do momento em que um tratado ou algum outro documento vinculativo as define como línguas comunitárias têm o mesmo valor jurídico e linguístico. No entanto, o quotidiano das instituições europeias “(...) shows a rather different picture (...)” (de Witte 2008: 178). Segundo o autor último, ao regime linguístico foram, durante os tratados de adesão, simplesmente adicionadas novas línguas sem se ter em conta as dificuldades intrínsecas, sub-tema que não será explorado nesta dissertação. Antes de fazer qualquer referência ao uso linguístico institucional, penso que seja importante relembrar e ter a noção de que “Inside EU institutions the officials obviously cannot all speak 11 languages, [em 2002] (...)” (Rowe 2002: 8), ideia que, de facto, não estou a propor por saber de antemão as várias dificuldades inerentes. Robert Rowe (2002), tradutor na União Europeia, vai ainda mais longe ao afirmar que, ainda que se quisesse disponibilizar interpretações para 110 combinações linguísticas (com 11 línguas comunitárias), “(...) there wouldn’t be enough interpreters in the world to do it (...)” (idem: 9), pelo que é possível ter uma ideia da variedade linguística comunitária, agora com mais do dobro dos idiomas.

Posto isto, a nível interno, a Comissão Europeia utiliza apenas 3 línguas, de entre as todas as 24: inglês, francês e alemão, sendo que as denominarei de línguas processuais. Este conceito representa idiomas nos quais a informação (proposta de legislação, comunicações, entre outros) é primeiramente, pensada, falada e escrita para posteriormente ser traduzida para as restantes 21 línguas, no caso específico da União

Europeia. A razão pela qual introduzi este conceito deve-se à ambiguidade dos termos originais *official* e *working languages*, que desde a Regulação No 1/58 e tratado após tratado, não foram definidos nem exemplificados, apenas referenciados, como já foi previamente assinalado. No seguimento da utilização deste conceito, a entrevista com o Dr. Paulo Correia foi imensamente esclarecedora, uma vez que *official* e *working languages* possuem definições bastante similares. Na prática, línguas oficiais são as que são reconhecidas através da lei por determinado Estado, Governo ou organização política num determinado território espacial (todas as 24), enquanto as de trabalho representam aquelas que são utilizadas como meio de comunicação, seja entre membros das instituições (apenas inglês, francês e, mais raramente, alemão), oriundos de vários países, seja com o público em geral (todas as 24). De acordo com a própria Comissão Europeia, “(...) 62 percent of its documents were initially prepared in English, 26 percent in French, and 3.1 percent in German in 2004.” (Fidrmuc and Ginsburgh 2006: 2), ao passo que nas comunicações orais os membros da Comissão recorriam tradicionalmente ao francês, entretanto ultrapassado pelo inglês, sendo que o alemão também é utilizado mas em muito menor escala (Wodak et al., 2012). Relativamente ao Parlamento Europeu, o cenário é diferente. Representando os cidadãos europeus, a instituição última utiliza todas as línguas oficiais (direito de todos os membros), recorrendo a traduções e/ou interpretações instantâneas. De acordo com o GRASPE (2002), a instituição última é a que vai mais longe no que diz respeito à aplicação rigorosa do multilinguismo, ainda que admita que a língua original de 36% dos documentos parlamentares seja o inglês, 29% relativamente ao francês e 11% ao alemão (GRASPE, 2002).

No entanto, talvez por isso e devido a factores como o gasto de cerca de 30% do orçamento do Parlamento com questões linguísticas (Gazzola, 2006), a mesma instituição, numa primeira fase, recomendou “(...) length restrictions to certain documents in order to reduce the need for translation (...)” (Gazzola 2006: 394) e, posteriormente, decidiu “(...) to cut its translation budget in November 2012 (...)” (Romaine 2013: 7), culminando na eliminação da “(...) translation of plenary sessions into all official languages (...)” (idem: 7). Na verdade, numa entrevista a uma revista europeia de tradução, Robert Rowe (2002) antecipava já as limitações intrínsecas ao grande alargamento linguístico de 2004, ao afirmar que o acontecimento iria custar mais aos contribuintes mas que iriam ser utilizados “(...) simplified procedures, more concise texts (...)” (Rowe 2002: 9). O Conselho Europeu, igualmente pela diversidade

representativa, adota a mesma política que o Parlamento, ou seja, todos os documentos estão disponíveis em todas as línguas e existem traduções instantâneas de e para todos os idiomas comunitários (Van Els, 2005). As semelhanças entre estas duas últimas instituições verificam-se quando “(...) le Conseil pratique également des formules de multilinguisme «à géométrie variable».”<sup>14</sup> (GRASPE 2002: 13). Já a nível informal, o Conselho tende a praticar “(...) a restriction to English, French and the language of the Chair.” (Van Els 2005: 269).

#### 4.1.1. CONCLUSÃO

Com base na secção anterior, deduz-se que, não surpreendentemente, a Comissão Europeia é a instituição que menos pratica o multilinguismo no seu quotidiano. A especificação “quotidiano” é importante uma vez que, embora utilize fundamentalmente três línguas, a Comissão tem uma enorme tarefa multilingue ao ser responsável pela tradução e divulgação de inúmeros documentos em todas as línguas oficiais. O Conselho e o Parlamento são praticamente “obrigados” a exercer o direito de utilizar qualquer língua oficial, com as devidas traduções, já que são responsáveis pelas representações nacionais e sociais, respectivamente. Todavia, o Parlamento estaria já a ser pressionado pelos elevados custos das traduções e foram tomadas medidas como “(...) instructing the Members of the European Parliament to use simple sentences and to avoid jokes.” (Fidrmuc and Ginsburgh 2004: 2). Apesar de serem opções facilitadoras da qualidade e celeridade das traduções, restringe-se parcialmente a liberdade de expressão, para além de que a derradeira decisão de acabar com as mesmas traduções terá as suas consequências, nomeadamente na imagem do Parlamento e da sua aproximação aos cidadãos. O Conselho é a instituição mais propensa a praticar o multilinguismo em pleno, contanto que expressar-se nas diferentes línguas oficiais é uma das formas mais básicas de exercer o seu direito à soberania, isto é, “(...) the equal treatment of the 20 working languages is always respected for meetings of national ministers, (...)”<sup>15</sup> (Gazzola 2006: 398).

---

<sup>14</sup> Expressão que designa os diferentes níveis de integração comunitária e as consequentes diferenças entre países. Ver [http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/variable\\_geometry\\_europe.html?locale=pt](http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/variable_geometry_europe.html?locale=pt) acedido em 22/08/2017

<sup>15</sup> Em 2006 a UE possuía ainda 20 línguas oficiais



## 4.2. O MULTILINGUISMO SOCIAL

Conforme estatísticas indicam, em 2007 perto de 40% dos cidadãos europeus não tinha conhecimento de qualquer idioma estrangeiro. Os países que apresentaram resultados mais fracos foram a Bulgária (44%), Grécia (43%), Espanha (46%), Portugal (51%), Roménia (69%) e Hungria (74%)<sup>16</sup>. Refira-se que dois dos países em questão, Bulgária e Roménia, oficializaram a adesão no mesmo ano, motivo que pode justificar, em parte, dados tão expressivos. É a este fenómeno que Ginsburgh e Weber (2005) denominam de *language disenfranchisement*, ou seja, representa uma privação de informação devido à falta de conhecimento de línguas estrangeiras, sendo este conceito determinante no que diz respeito ao nível de aproximação e interesse que cada cidadão terá concernentemente a assuntos europeus e à própria UE. Embora o número geral tenha descido (34%) em 2011, determinados países apresentaram tendências preocupantes, nomeadamente a Bélgica (de 32% para 42%), a Bulgária (de 44% para 61%) e a Eslováquia (de 7% para 14%)<sup>17</sup>. Importante sublinhar que os dois primeiros países contêm interrupções cronológicas, no entanto entenda-se que estamos a falar da falta de conhecimento de qualquer idioma estrangeiro por parte de quase metade da população belga, de mais de metade no caso búlgaro e do dobro da percentagem na Eslováquia, em apenas quatro anos, o que revela uma falta de união de esforços dos respectivos sistemas de ensino e da própria UE e que resulta na não-compreensão de 34% dos cidadãos europeus se determinadas informações não se encontrarem nas suas línguas nativas. Em relação ao conhecimento de somente um idioma estrangeiro em 2007, países como o Chipre, a Áustria e a Suécia lideravam com 59%, 50% e 44% das populações respectivamente. A Bélgica demonstrava dos resultados mais baixos, juntamente com a Finlândia (16%), seguidas da Hungria (17%), Eslovénia (20%) e Portugal (22%)<sup>18</sup>. A percentagem geral no mesmo ano apontava para 37% e quatro anos mais tarde, o número desceu para os 35%. Cabe esclarecer que a diferença não é necessariamente referente a pessoas que não sabem qualquer língua (europeia) que não

---

<sup>16</sup> [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Foreign\\_language\\_skills\\_statistics](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Foreign_language_skills_statistics) acedido em 06/07/2017

<sup>17</sup> [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Foreign\\_language\\_skills\\_statistics](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Foreign_language_skills_statistics) acedido em 06/07/2017

<sup>18</sup> [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Foreign\\_language\\_skills\\_statistics](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Foreign_language_skills_statistics) acedido em 06/07/2017

a nativa mas também envolve cidadãos que sabem dois ou mais idiomas, caso que será analisado de seguida. Segundo a mesma fonte, em 2007, apenas 23% dos europeus se podiam afirmar multilingues, uma mais-valia que, em 2011, se tornou mais comum alcançando praticamente os 30%<sup>19</sup>. A nível global em termos de datas, o valor mais alto é o da Eslovénia e da Finlândia, que revelaram uma média de 36% de cidadãos multilingues, Malta, Lituânia e Eslováquia possuíam igualmente números impressionantes com médias de 31%, 30% e 30% da população multilingue, respectivamente, face à Dinamarca e à Estónia que contavam com uma média de 29%, seguidas da Letónia (28%), enquanto a média sueca alcançava os 27%.

No intuito de cruzar e comparar dados, utilizarei agora como base o Eurobarómetro: “European and their languages”, de 2012. De acordo com o documento, pouco mais de metade dos europeus (54%) tem conhecimento suficiente de uma língua estrangeira para manter uma conversa, 25% em relação a duas línguas e apenas 10% dos europeus sabe três línguas nos termos anteriormente referidos<sup>20</sup>. A nível nacional e sem surpresas, o Luxemburgo lidera na classificação dos países com mais cidadãos que têm conhecimento de, pelo menos, dois idiomas estrangeiros (84%), seguido da Holanda (77%) e da Eslovénia (67%), ao passo que Grécia, Reino Unido, Portugal e Hungria estão entre os países onde a população tem menos probabilidade de falar duas línguas que não a materna. As situações mais preocupantes segundo o Eurobarómetro são, para além das dos três últimos países, a de Itália e a da Irlanda, territórios onde mais de 60% das pessoas confessa não ter conhecimento de nenhum idioma estrangeiro<sup>21</sup>. No que toca às aptidões para, pelo menos, uma língua, o Luxemburgo marca novamente presença no lugar cimeiro com 98%, à frente da Letónia (95%), da Holanda (94%) e de Malta (93%)<sup>22</sup>. Outros países como a Eslovénia, a Lituânia ou a Suécia também merecem o devido destaque, cada um alcançando mais de 90%, um valor de referência absolutamente notável quando comparado a muitos outros Estados, ainda que diga

---

<sup>19</sup> [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Foreign\\_language\\_skills\\_statistics](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Foreign_language_skills_statistics) acedido em 06/07/2017

<sup>20</sup> [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Foreign\\_language\\_skills\\_statistics](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Foreign_language_skills_statistics) acedido em 12/07/2017

<sup>21</sup> [http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs\\_386\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_386_en.pdf) acedido em 12/07/2017

<sup>22</sup> [http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs\\_386\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_386_en.pdf) acedido em 12/07/2017

respeito a apenas um idioma. Mas se se quiser falar de um multilinguismo enraizado na sociedade, não se pode evitar a referência ao Luxemburgo, um país com enorme tradição europeia. No território, mais de 60% da população afirma saber o suficiente para manter conversas, no mínimo, em três línguas estrangeiras<sup>23</sup>, um número que reflecte não só os resultados das (antigas) influências linguísticas dos “gigantes vizinhos”, Alemanha e França, mas igualmente do esforço do sistema de ensino nacional em preservar essa riqueza cultural imensa que está profundamente associada a uma versatilidade social inigualável em termos europeus. Para se ter uma ideia das discrepâncias existentes, os Estados melhor posicionados a seguir ao Luxemburgo são a Holanda, com 37%, e a Eslováquia, com 34%, quase metade do valor registado em solo luxemburguês<sup>24</sup>. Como consequência dos excelentes resultados obtidos nas outras frentes, não é de estranhar que o país se possa gabar do facto de apenas 2% da sua população não saber nenhuma língua estrangeira. Sendo apenas necessário calcular a diferença dos resultados dos países enumerados em relação ao conhecimento de um idioma que não o materno (Letónia, Holanda, Malta, Eslovénia, Lituânia e Suécia), também são de relevar as posições da Dinamarca e da Estónia, com números pouco acima dos 10%.

De destacar ainda que as duas línguas mais faladas no espaço social comunitário são o inglês (38% da população) e o francês (12%)<sup>25</sup>, uma tendência que já se verifica há alguns anos pelos motivos apontados em secções anteriores.

Cumpre revelar que decidi não utilizar como fonte o primeiro Inquérito Europeu sobre Competências Linguísticas (2012), um documento bastante útil mas que se centra, sobretudo, na “(...) foreign language proficiency of students (...)” (European Commission 2012: 5), não indo ao encontro do meu objectivo nesta secção, que passa por estudar dados sobre cidadãos europeus no geral sem restringir o objecto de análise, o que, a meu ver, não daria uma visão transparente, justa e conclusiva das capacidades linguísticas dos europeus.

---

<sup>23</sup> [http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs\\_386\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_386_en.pdf) acedido em 12/07/2017

<sup>24</sup> [http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs\\_386\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_386_en.pdf) acedido em 12/07/2017

<sup>25</sup> [http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs\\_386\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_386_en.pdf) acedido em 04/08/2017

### 4.2.1. CONCLUSÃO

Sendo bastante difícil apurar as capacidades exactas de cada pessoa, tanto por ser uma questão (demasiado) pessoal, sobre a qual, na grande maioria dos casos, apenas os próprios intervenientes conseguem responder (muitas vezes não da melhor forma), como por não ser possível fazer uma recolha exaustiva de tais dados, as estatísticas acima apresentadas traçam determinadas tendências sobre o estado linguístico da Comunidade a nível social. Recorde-se que o objectivo desta secção não é criar generalizações, mas sim analisar as diferentes sociedades europeias, cada uma como um “todo”, até porque um dos maiores contributos dados neste campo é da responsabilidade de cada sistema nacional de ensino. A União Europeia “(...) has no mandate to tell private individuals what language they should talk (...)” (Rowe 2002: 10).

Tendo já noção do significado de *language disenfranchisement*, note-se que certos números se tornam ainda mais expressivos. Apesar de mais de metade dos europeus afirmar que tem conhecimento de pelo menos uma língua estrangeira, em 2007 cerca de 40% apenas tinha conhecimento apenas do seu idioma nativo, um número bastante elevado considerando vários factores, entre os quais o carácter vinculativo e jurídico do multilinguismo. Pelo facto de cada governo gerir o respectivo ensino linguístico, a União Europeia não se encontra, numa primeira fase, directamente ligada às capacidades linguísticas dos cidadãos. No entanto, numa segunda fase, a UE tem um papel preponderante na difusão de informação europeia, acesso esse que vai ditar, em grande medida, a aproximação do cidadão à União. De acordo com Iva Plašilová (2014), na sua dissertação sobre a política de informação e comunicação europeia, a Comunidade tem tendência, ao longo da sua existência, a divulgar uma quantidade de informação tão vasta e tão complexa que, muitas vezes, acaba por confundir o próprio cidadão. Partindo dessa perspectiva, não seria estranho concluir que a política linguística exerce um papel importante nesse aspecto, ou seja, se a informação por si só já é difícil de entender para o cidadão “comum”, imagine-se quando nem todos têm acesso à mesma na sua própria língua, mais inacessível se torna, resultando, por exemplo, na “(...) redução na afluência de eleitores [para eleição do Parlamento Europeu de 2014], uma tendência contínua desde a primeira eleição direta em 1979 (...)” (Plašilová 2014: 2). Para além disso, a escolha de um determinado regime linguístico limitaria a entrada dos próprios deputados do Parlamento, mesmo que

fossem eleitos (Gazzola, 2006). De salientar que esta relação entre a política de informação e a política linguística será evidenciada na secção dos custos do multilinguismo mas numa óptica mais consequencial do que propriamente causal, como foi apresentada nesta secção.

Globalmente, e apesar de existirem resultados bastante bons, a situação linguística comunitária não é propriamente animadora pois existem alguns países nos quais metade ou quase metade da população não entende qualquer língua estrangeira, um facto que revela o parcial insucesso das conclusões do Conselho de Ministros de 1984, 33 anos depois de ter considerado como fundamental a aprendizagem de duas línguas estrangeiras após a escolaridade obrigatória. Não mencionarei o Conselho Europeu de Barcelona nos mesmos termos pois, embora tivesse o mesmo objectivo do Conselho de 1984, propô-lo “(...) desde a idade mais precoce” (Conselho Europeu 2002: 19) há apenas 15 anos, um período relativamente curto quando se trata de tentar renovar linguisticamente toda uma geração e educar a próxima. Sendo ainda o inglês e o francês os idiomas mais falados a nível comunitário entende-se que os objectivos das políticas linguísticas, tanto comunitárias como nacionais, têm seguido um caminho idêntico ao que já seguem há vários anos, apesar dos vários compromissos relacionados com a igualdade linguística assumidos pelas duas partes.

## **5. O ALEMÃO**

Nesta dissertação, a língua alemã tem uma secção própria pois, apresentando-se como o idioma com mais falantes nativos da UE, esperava-se que tivesse uma presença mais firme e contínua. No entanto, veremos, devido a vários factores, que a propagação de uma língua pode não se relacionar com o número de falantes mas sim com a importância que a mesma assume no panorama internacional. Assim sendo, os conceitos cruciais desta secção são as seguintes:

- Europa Central e de Leste
- Segunda Grande Guerra
- Língua internacional
- Falantes nativos
- Poder económico

Apesar de ser a língua na União Europeia com mais falantes nativos<sup>26</sup>, o alemão, ainda que tenha alcançado maior importância “(...) is unreasonable to expect it to compete with English, (...)” (Clyne 1995: 17). Exactamente, o inglês, sendo a língua da tecnologia e da música popular, tem assumido um papel muito mais preponderante em vários aspectos a nível europeu. Segundo Michael Clyne (1995), na sua obra sobre o papel do alemão numa Europa em mudança, a língua inglesa ultrapassa a língua germânica no mundo académico. De acordo com um estudo desenvolvido por Ulrich Ammon, de 330 académicos da União Europeia e dos E.U.A e do Japão, 91% tem conhecimentos de inglês e 65% de alemão. O facto de os entrevistados com mais de 45 anos terem um maior conhecimento de alemão (70%) do que os mais jovens (60%) leva Clyne (1995) a concluir que o alemão irá progressivamente perder importância no mundo académico. Contudo, a história refere que outrora a língua alemã teve um papel fundamental a nível internacional, nomeadamente em ligar o Ocidente e o Leste da Europa. Ao contrário do inglês, que era visto como uma “enemy language” (Clyne 1995: 6) pelo Bloco Soviético, o alemão gozava de um papel notoriamente mais neutro e mais prático. Segundo Clyne (1995), o estatuto do alemão antes da 2ª Grande Guerra, segundo idioma de uma classe média culta na Europa Central e de Leste, levou à crença de que poderia substituir o russo após o fim da União Soviética. Efectivamente, a língua alemã assumiu uma importância na Europa Central e de Leste mas não de uma forma tão contundente, uma vez que foi privilegiada apenas em determinadas regiões da Roménia, da Ucrânia ou da Prússia, por exemplo.

No entanto, a perda de estatuto da língua alemã foi causada, não só pela crescente popularidade do inglês durante e após a Segunda Grande Guerra, vista por muitos como língua da resistência, mas também devido aos crimes cometidos pela Alemanha Nazi “(...) which were linked to the language (...)” (Clyne 1995: 6). O facto de o alemão não ter sido a língua de uma nação fortemente colonizadora fora da Europa, com a excepção da Namíbia e pouco mais, aliado ao lento crescimento demográfico registado nos países desenvolvidos também contribuíram para o declínio do poder do alemão. E é aqui que entra um conceito fundamental: “língua internacional”. Ulrich Ammon (1995) defende que uma língua é internacional quando cidadãos de diferentes nações a utilizam para comunicação. Nesse sentido, é reconhecido que o alemão não é uma língua amplamente internacional e Ammon assim o demonstra ao classificar os idiomas mais

---

<sup>26</sup> [http://europa.eu/rapid/press-release\\_MEMO-13-825\\_pt.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-825_pt.htm) acedido em 05/04/2017

internacionalizados, por número de falantes nativos, em três marcos temporais: 1984, 1987 e 1990, nos quais o alemão aparece, respectivamente, em sétimo, e em décimo primeiro nos dois últimos anos, com uma descida de 27 milhões de falantes entre 1984 e 1990 (ver Stevenson, 1995: 29). Sem surpresas, o inglês surge como a língua europeia com mais falantes nativos e, como tal, as repercussões também se verificam a nível europeu. Outro factor crucial para o estatuto de uma língua encontra-se na sua potencialidade económica, isto é, se um idioma oferecer um mercado maior e inúmeras oportunidades de trabalho é propenso a ter mais falantes e, conseqüentemente, mais poder a nível internacional. Nesses termos, a língua germânica ocupa o terceiro lugar, apenas atrás do inglês e do japonês (ver Stevenson, 1995: 31), demonstrando a sua influência económica e, de certa forma, provando que o número de falantes nativos nem sempre está relacionado com o poder económico. É importante lembrar que o alemão é a língua oficial em três dos países da UE (Alemanha, Áustria e Luxemburgo), na Suíça, no Liechtenstein e é, ainda, falado em Itália e na Bélgica, embora a nível regional. Portanto, não é de estranhar que a língua nos anos 80 fosse “(...) studied in 83 of the then 172 countries of the world.” (Ammon, 1995: 33), o que equivale a cerca de 15 milhões de estudantes, entre o ensino primário e o secundário. Todavia, o linguista (1995) defende que os números relativos ao inglês no mesmo período eram bastante superiores. Partindo desta conclusão, a verdade é que o alemão continua muito aquém daquilo que seria de esperar. De acordo com o primeiro inquérito europeu sobre competências linguísticas (2012)<sup>27</sup>, o inglês é indiscutivelmente a língua dominante no que diz respeito à primeira língua estrangeira presente nos sistemas de ensino. Dos catorze países participantes, apenas em dois (Bélgica e Reino Unido) o inglês não é o idioma estrangeiro mais ensinado. O alemão marca presença somente na classificação das segundas línguas estrangeiras mais difundidas, afirmando-se em oito do total dos países. No entanto, em termos de independência linguística (nível B1 e B2), o inglês é dominado por cerca de 50% dos alunos testados e o alemão surge ao lado do francês com pouco mais de 20% (European Commission, 2012). A nível da população europeia em geral, dados do mesmo ano confirmam que o inglês continua a ser a língua mais falada (38%), seguido do francês (12%) e do alemão (11%)<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> [http://www.surveylang.org/media/ExecutivesummaryoftheESLC\\_210612.pdf](http://www.surveylang.org/media/ExecutivesummaryoftheESLC_210612.pdf) acedido em 22/06/2017

<sup>28</sup> [http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs\\_386\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_386_en.pdf) acedido em

22/06/2017

## **5.1. CONCLUSÃO**

Constata-se que a língua alemã, como idioma com mais falantes nativos na UE, tem perdido importância nos últimos no que toca à sua aprendizagem e ao seu domínio. Depois de ter desempenhado um papel fundamental na Europa Central e Oriental, foi perdendo força devido à rápida propagação e aceitação do inglês, vista como a língua da resistência, e, em parte, ao contínuo, embora decrescente, poder do francês, que também teve uma função essencial no mundo da diplomacia. Com o desenvolvimento do mundo tecnológico no início dos anos 2000, o inglês assumiu a linha da frente, “deixando para trás”, não só o francês e o alemão mas todas as outras línguas da UE, o que obviamente se reflectiu no tratamento e utilização institucional e social das línguas comunitárias: a existência de apenas três línguas processuais e o conhecimento das mesmas línguas por parte dos cidadãos, respectivamente. Posto isto, será legítimo afirmar que existe uma relação intrínseca e uma influência (in)directa entre as decisões linguísticas tomadas a nível institucional e as opções e resultados obtidos pelos cidadãos europeus.

A Europa e os cidadãos necessitam da tal política linguística ecológica proposta por Pia Christiansen (2006), na qual se incite à preservação de todas as línguas da riqueza europeia, criando um ambiente que possibilite um verdadeiro multilinguismo europeu, o que, para além de fazer crescer determinados mercados linguísticos mais pequenos, aumentando as oportunidades, também aumentaria o conhecimento e a independência da população europeia.

## **6. OS CUSTOS DO MULTILINGUISMO**

“(…) it is not very useful to say that a given language regime is too expensive in absolute terms.” (Gazzola 2006: 394)

Um dos factores mais associados à prática do multilinguismo, como se verificou no caso do Parlamento (supressão de traduções nas sessões plenárias), prende-se com a questão dos custos. Pois bem, na presente secção o objectivo passa por expor e clarificar determinados números atinentes à tradução e/ou interpretação para que os cidadãos possam saber e perceber a utilidade de uma parte do orçamento comunitário, para o qual também contribuem. É necessário que se compreenda que toda a informação é traduzida e trabalhada de modo a chegar ao maior número possível de pessoas. Esta importante tarefa é realizada por tradutores, intérpretes, terminólogos e revisores que funcionam



como mediadores entre a União Europeia e os cidadãos e, como tal, existem custos que são suportados pelas duas partes, contribuindo, em grande parte, para o funcionamento democrático da organização. Aqui, os conceitos capitais são:

- Orçamento comunitário
- Tradução
- Défice de comunicação

Segundo Michele Gazzola (2006), em 1999, na altura com 15 países, a União Europeia gastava cerca de 686 milhões de euros em traduções e interpretações por ano, o que equivalia a 0.8% do orçamento total da EU e a uma média de 1.40€ por pessoa. Para se ter uma ideia da magnitude destas actividades, em 2004 a UE empregava mais de 2.400 tradutores, aos quais seriam adicionados mais 376 depois do grande alargamento, que trabalhavam com cerca de meio milhão de páginas anualmente (Fidrmuc and Ginsburgh, 2004). Contudo, não pode deixar de ser dito que, em inícios do novo milénio, “(...) les services de traduction et d’interpretation ont su relever les défis, en termes de quantité et qualité, (...)”, sendo mais que necessário “se donner les moyens en budget et en ressources humaines (...)” (GRASPE 2002 : 12).

Já em 2006, o custo ultrapassou os 1.000 milhões de euros, aproximadamente 1% do orçamento e com uma média de mais de 2€ por cidadão (Gazzola, 2006). Apesar de poderem ser considerados valores altos isoladamente, a verdade é que, de maneira global, representam uma ínfima fatia do orçamento comunitário. Ainda assim, a Comunidade decidiu adoptar medidas para reduzir os gastos relacionados com as traduções, como a limitação dos discursos de membros institucionais e uma extensão máxima para relatórios e comunicações. Se se tiver em conta que todas as línguas possuem o mesmo valor linguístico e jurídico, é visível que o multilinguismo não está a ser praticado em pleno, aliás, está a ser restringido com a intenção de baixar custos, que, a longo prazo, poderão ser muito mais que monetários. Assumindo que a União trabalha em prol de um crescimento contínuo a nível de adesões, cumpre rever a estratégia relativa à gestão de custos do multilinguismo, sem prejuízo da integridade de cada uma das línguas e dos respectivos falantes. Exactamente a adição de nove línguas foi um dos factores mais preponderantes nos cortes verificados nesta área fundamental. Supõe-se que cada língua nova tenha tido um custo de mais de 60 milhões de euros, perfazendo um total de aproximadamente 1.236 milhões de euros por ano (Fidrmuc and Ginsburgh,

2004). De acordo com os investigadores últimos, os cortes verificar-se-iam igualmente na execução das traduções propriamente ditas, isto é, por exemplo, não haveria uma tradução directa do espanhol para o maltês, sendo que os documentos teriam de ser traduzido primeiro para inglês ou para outra língua processual e só depois para a língua final, no caso da Comissão Europeia. Este método exige algum tempo extra, envolve mais profissionais e implica a perda de informação presente no original pelo que teria de ser bem analisado, tendo em conta que afecta a percepção dos diferentes cidadãos em relação ao que é transmitido pelo executivo europeu e, consequentemente, a sua (importante) proximidade com a UE. Partindo do princípio que “No language, not even English, is spoken by more than 50 percent of the population (...)” (Fidrmuc and Ginsburgh 2004: 5), a Comunidade teria de continuar a apostar nas traduções para todas as línguas oficiais enquanto promovia o ensino de mais línguas comunitárias aos cidadãos. Ainda que possua 3 alfabetos, 24 línguas oficiais e mais de 500 combinações linguísticas, a União comprometeu-se desde muito cedo a possibilitar, como confirma o Artigo 11º da CDFUE, “(...) a liberdade de receber e de transmitir informações ou ideias, (...) sem consideração de fronteiras.” (União Europeia 2000: 11) e como complementa o Artigo 42º, no qual “Qualquer cidadão da União, bem como qualquer pessoa singular (...) tem direito aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão.” (União Europeia 2000: 19).

## **6.1. CONCLUSÃO**

De maneira efectiva, o orçamento está intimamente relacionado com o multilinguismo ou vice-versa, uma vez que, naturalmente, os tais mediadores que referi anteriormente, as instalações próprias para as tarefas inerentes ou o material necessário e adequado exigem determinados custos que terão de ser suportados por todos: cidadãos e instituições. Note-se que as traduções e as interpretações desempenham um papel fundamental na transmissão de informação, no esclarecimento da mesma e na relação do cidadão com a UE. Como pode um cidadão acompanhar as notícias europeias, saber mais sobre legislação ou envolver-se em assuntos comunitários se não tem a informação perceptível e a tempo? As consequências são várias e desastrosas, podendo ir desde a falta de interesse e apoio do cidadão em relação à Comunidade a um “défice de comunicação” (Plašilová, 2014) entre os mesmos dois agentes essenciais para o funcionamento de toda a organização. Ora, este défice de comunicação relaciona-se

intrinsecamente com o tema do presente relatório na medida em que, se se partir do princípio que, de facto, existe um défice a nível linguístico que impossibilite o acompanhamento do cidadão face aos acontecimentos a nível europeu, toda essa alienação irá culminar num défice a nível comunicacional. De facto, “(...) l’anglais simplifié utilisé de plus en plus fréquemment par des non-anglophones compromet même la simple efficacité communicationnelle (...)” (GRASPE 2002 : 16). Portanto, poderá ser afirmado que o défice último se trata de uma consequência do “défice linguístico”, ou seja, se existem discrepâncias linguísticas é bastante provável que afectem fortemente a política comunicacional do executivo europeu a longo prazo. Para evitar tais consequências e outras, a questão dos custos a nível global poderia ser olhada de outra forma pois os “(...) non-monetary costs (...)” (Fidrmuc and Ginsburgh 2004: 2) sairão, sem dúvida, bastante mais caros que os custos pecuniários. Autores como Michele Gazzola afirmam que “(...) data suggest that the only way to really cut down on expenses for multilingualism is by drastically reducing the number of official and working languages (...)” (Gazzola 2006: 409) mas em lugar de analisar esta questão de uma maneira tão linear como escolher uma política linguística dependente do preço das traduções (Fidrmuc and Ginsburgh, 2006), a UE poderia e deveria reunir esforços para, novamente, investir na promoção da aprendizagem de todas as línguas comunitárias, o que, a longo prazo, iria dar origem a mais tradutores e intérpretes de combinações linguísticas mais variadas, baixando assim a quantia a despende para esta aproximação ao cidadão. Até porque a solução proposta por Gazzola teria sérias implicações democráticas e caminharíamos para aquilo que o GRASPE (2002) apelida de “multilinguisme (très) limité”. Recorde-se que estes custos não se traduzem num “(...) high price to pay for transparency in a (...) organisation whose actions have such major consequences for the lives of everybody living in it.” (Rowe 2002: 9). Citando o antigo presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors: “Le coût du multilinguisme est le prix à payer pour l’Europe.”.

## 7. DESCRIÇÃO DO LOCAL DE ESTÁGIO

Inaugurado em Março de 1995, o Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), então denominado Agrupamento Europeu de Interesse Económico, foi, desde o início, suportado financeiramente pelo Estado português e pela Comissão Europeia, até 2008, ano em que foi integrado na administração pública central, fazendo parte actualmente da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Tem como objectivos primordiais divulgar a documentação e informação sobre assuntos relativos à União Europeia (UE), apoiar e promover iniciativas que estimulem o debate europeu e a construção europeia, especialmente nas faixas etárias mais jovens. Está classificado em duas partes: a divisão de Formação, Animação Pedagógica e Projectos, e a divisão de Informação e Comunicação, onde se insere a Biblioteca Jacques Delors (BJD), à qual estiveram ligadas as minhas funções enquanto estagiário, ainda que as tenha exercido nas instalações do CIEJD, em Alcântara. Convém referir que, na altura do meu estágio, o atendimento da BJD se encontrava fora do CIEJD, mais propriamente na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, onde se efectua o trabalho de retaguarda, gestão e organização. Esta mudança de instalações ocorreu em 2012, quando foi acordado entre o MNE e aquela universidade a cedência de um espaço para albergar a Biblioteca no edifício da reitoria. O protocolo tinha a duração de 5 anos e a inauguração ocorreu a 31 de Março, partilhando o espaço com o Centro de Documentação Europeia da Universidade de Lisboa. Com cerca de 90.000 documentos<sup>29</sup>, o CIEJD dispõe de um depósito onde armazena a maior parte da colecção, actualizando-a com obras e publicações de diversos tipos, desde brochuras e monografias a revistas e dicionários, relacionadas com a UE, estando organizadas por cotas. Os temas são os mais diversos: economia, sociologia, linguística, ou por exemplo, finanças e personalidades europeias, demonstrando a diversidade informativa que resulta numa grande fonte de conhecimento. A informação em depósito é disponibilizada mediante pedido à BJD, que, por sua vez, solicita ao responsável no CIEJD, que para além da divulgação de informação, trabalha ainda na área dos eventos e dos projectos e carreiras internacionais. No entanto, a instituição tem igualmente uma função importante a nível de propagação de obras em papel com uma secção denominada de “Banco de Ofertas”, um serviço que deriva de documentação duplicada ou triplicada que não se adequa à especificidade da colecção (assuntos europeus) e de

---

<sup>29</sup> [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=452](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=452) acedido em 01/09/2017

doações enviadas pela Representação da Comissão Europeia em Portugal. Este serviço era realizado pela BJD há alguns anos mas devido à organização e gestão do espaço teve de ser transferido para o Centro Jacques Delors para dar saída dos exemplares recolhidos para este fim. Todavia, a riqueza existente não se cinge apenas à quantidade e tipo de informação mas alarga-se à variedade linguística, que é um dos pontos fortes do CIEJD e da sua biblioteca. As diversas línguas e alfabetos presentes em cada estante, em cada mesa ou em cada parede adornam, não só a própria instituição mas a mente de todos os que a visitam, fazendo *jus* ao próprio nome. É um pequeno aspecto mas fundamental em prol de uma Europa com cidadãos abertos e tolerantes, atribuindo à BJD, ou se se preferir ao CIEJD, um papel de contacto, conceito que está explicitado na seguinte secção, e que contribui para a sua missão: a fomentação de uma cidadania europeia participativa. Para além de tudo isto, cumpre referir o lado pedagógico do Centro ao promover as aulas Jacques Delors, ou seja, aulas gratuitas a alunos dos ensinos primário, básico, secundário, profissional e superior sobre questões genéricas ou específicas atinentes à União Europeia.

## **7.1. DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES E RELAÇÃO ESTÁGIO – TEMA**

“As escolas e as universidades dispõem de pessoal docente, bibliotecas e equipamento que poderiam ser postos à disposição de um grupo mais vasto de utilizadores.”

(Comissão Europeia, 2004: 58)

Tratando-se de instituições sócio-culturais, as bibliotecas são, tradicionalmente, conhecidas e vistas como espaços que oferecem uma grande quantidade de informação (sobre diversos temas), fidedigna e actual, mesmo sendo pequenas em dimensões. Nesta dissertação, a BJD pertencente ao CIEJD, assume um papel muito mais activo e de ligação, neste caso, entre o público e o mundo linguístico. Ora, se se interpretar uma biblioteca como um espaço, onde o público, não só tem acesso a informação (receptor), mas também como um local onde as pessoas se podem expressar (produtor), será legítimo afirmar que as bibliotecas podem e devem ter um papel, primeiramente de contacto e, posteriormente, um papel mediador entre o cidadão (comum) e as línguas estrangeiras. Estas instituições assumem uma função de contacto pois, em muitos casos, a primeira interacção com uma língua estrangeira dá-se com a consulta de um livro,

documento ou monografia numa biblioteca, seja escolar, municipal ou universitária. Portanto, ademais de contribuir para uma maior abertura dos cidadãos, como foi referido na secção anterior, as bibliotecas possibilitam às pessoas um aumento do leque linguístico, aproximando-as das diferentes nações europeias. No caso de estar impossibilitado de comprar esse mesmo material, o cidadão tem ao seu dispor um local onde pode praticar a leitura, a recolha de informação, ou empréstimos contínuos para consultar o conteúdo que pretende.

Pois bem, este estágio permitiu-me interagir com várias línguas estrangeiras, inclusive línguas não oficiais da UE, verificar a imensa riqueza linguística e cultural que cada obra carrega e constatar que as bibliotecas, no geral, poderiam ter um papel mais participativo na aprendizagem e na preservação das línguas. Sendo uma das funções principais realizar a catalogação de obras (registar os pontos principais no sistema para que haja a respectiva recuperação através de pesquisa e posterior consulta), é absolutamente incrível notar a quantidade de informação linguística que se pode retirar dessa “simples” actividade. Numa catalogação são necessárias várias informações genéricas sobre determinada publicação para que o público interessado possa entender, por exemplo, quais os conteúdos específicos, autores, contextos ou outras obras relacionadas. A título informativo, quando se insere o resumo de uma monografia numa língua estrangeira é necessário ler relativamente por alto a introdução, prefácio ou outras partes importantes, tarefa que por si só, para além de exigir a referida leitura, envolve uma assimilação (in)voluntária de informação linguística e do seu conteúdo cognitivo, até porque próprio o resumo deverá ser escrito na língua constante na obra e os assuntos acrescentados em português à descrição bibliográfica. Talvez por este motivo, ou seja, trabalhar num ambiente amplamente multilingue, se tenha feito igualmente uma aposta na aprendizagem linguística dos trabalhadores. Pretendo, ainda, destacar que no tratamento documental, a catalogação segue as normas nacionais e internacionais; para a indexação e classificação é utilizado o Thesaurus Eurovoc, ferramenta imprescindível na organização do conhecimento da BJD. Em relação à classificação, é importante esclarecer que cada documento tem a sua, que é utilizada nas cotas das publicações físicas e é o que dita as localizações nas estantes de sala ou no depósito. Em situações em que o conteúdo se apresentou escrito num alfabeto diferente que não o latino, estava constante informação paralela, normalmente em inglês, para abranger um público maior. Nesse sentido, o estágio também me ajudou a constatar o estatuto que determinadas línguas assumem numa organização que defende, há quase 60

anos, a preservação da diversidade linguística. Além do inglês, língua em que se encontra indiscutivelmente a maior parte da informação, também cumpre destacar o papel do francês. Sabe-se que foi a língua da diplomacia durante quase 30 anos (Žigniċ et al., 2013), ainda antes de o inglês ter o seu papel de destaque, pelo que não é nenhuma surpresa a sua presença quase maioritária em obras mais antigas sobre diversos temas da UE. Dentro daquilo que foi a minha experiência no estágio, apenas as obras mais recentes (de 1990 para cima) se encontram escritas noutras línguas. É certo que há-que ter em conta que o francês e o inglês são línguas pertencentes à UE há décadas (59 anos no caso do francês e 44 no caso inglês) e os seus respectivos papéis na cena internacional são incomparáveis relativamente a outras línguas comunitárias, contudo o executivo europeu poderia investir em mais traduções e na sua divulgação em mais países para incrementar o interesse pela aprendizagem de línguas e culturas estrangeiras diversas. Seguindo essa linha de raciocínio e deixando de parte a questão financeira (que já foi abordada na devida secção), a existência de bibliotecas ou redes de bibliotecas com uma vertente direccionada para a aprendizagem de línguas seria incalculavelmente benéfica, uma vez que a existente, a rede EUROLIB, surgida apenas nos anos 80, tem objectivos mais ligados ao melhoramento dos serviços do pessoal participante, ao investimento na tecnologia e em novas aquisições. Embora estes objectivos assumam um papel no que diz respeito ao contacto com línguas estrangeiras, fazem-no de forma “secundária”, quando este tipo de aprendizagem deveria, segundo a própria UE, constituir uma das prioridades, pois para além da questão da igualdade e preservação linguísticas, contribuiria para uma maior abertura dos cidadãos e das próprias instituições relativamente a outras culturas e para um alargamento de oportunidades, uma vez que língua, cultura e trabalho estão intrinsecamente ligados. Logo, para alcançar as anteriores metas há alguns caminhos específicos que podem ser seguidos com a colaboração da UE, como a parceria com embaixadas europeias, com escolas especializadas em línguas, a contratação de pessoal com capacidades linguísticas avançadas ou a formação de trabalhadores nesse sentido. Não esquecendo igualmente que a aprendizagem de línguas estrangeiras “(...) melhora as faculdades cognitivas e metacognitivas gerais, reforça a compreensão da própria língua materna, (...) e desenvolve aptidões gerais de comunicação.” (COM, 2004: 44), nesta dissertação a BJD (e outras bibliotecas) forma uma óptica prática ou de solução, embora parcial, com o objectivo de reduzir gradualmente as diferenças entre línguas já que este tipo de

instituições, para além de trabalhar aspectos linguísticos e culturais, faz parte do processo educativo.

## 8. CONCLUSÃO GERAL

Após ter cumprido os objectivos propostos no início do relatório, infiro que o multilinguismo na União Europeia não está a ser praticado em pleno, tanto pelas instituições comunitárias, como pelas diferentes sociedades europeias. O que verdadeiramente se verifica na UE é a prática de um “(...) multilinguisme limité (cinq, trois langues, etc) (...)”, que, frequentemente, pode ir até a um “(...) monolinguisme de fait au profit de l’anglais.” (GRASPE 2002: 14). Desta forma, a Comunidade arrisca prejudicar a sua própria diversidade cultural e os seus próprios conceitos constituintes (GRASPE, 2002). Tendo em consideração que, como já foi referido na secção do multilinguismo institucional, seria impossível serem utilizadas todas as línguas comunitárias, esta limitação restringe o “(...) fonctionnement démocratique (...) de l’Union.” (GRASPE 2002: 11). Por outras palavras, se o multilinguismo não está a ser praticado em pleno tem sérias implicações democráticas. Seguindo esta linha de raciocínio, escolher apenas uma língua seria mais simples e menos custoso mas “(...) then it wouldn’t be a democracy any longer,” (Rowe 2002: 7), uma vez que “(...) most of the population would have little or no idea what was going on.” (idem: 7). Em termos gerais, esta análise revela que o “(...) multilingualism is not an absolute imperative (...)” (Athanassiou 2006: 33), princípio que vai sendo transmitido aos cidadãos europeus, por meio de uma política de comunicação ineficaz (ver Iva Plašilová, 2014). De facto, esta relação entre o multilinguismo e a política de comunicação faz todo o sentido na medida em que havendo uma utilização linguística institucional limitada, o que chega aos cidadãos também o será, pelo que “(...) people can’t be expected to obey the laws if they can’t understand them.” (Rowe 2002: 5). Mesmo que o inglês constitua o idioma “(...) with the largest number of second-language speakers (...)” (idem: 8), não chega a ser dominado por metade dos cidadãos europeus, o que revela bem o nível de *language disenfranchisement*, seja utilizando apenas este idioma, seja recorrendo a qualquer outro individualmente. Nessa óptica, a ideia proposta por Michele Gazzola (2006) de reduzir drasticamente as línguas de trabalho e as oficiais para reduzir os custos acaba



por ser inviável, não só por ter implicações democráticas mas também porque seria uma “(...) gaffe culturelle (...)” (GRASPE 2002: 12), a qual “(...) se paie cher.” (idem:12).

Embora exista uma base legal para o multilinguismo e tendo em conta a situação real, conclui-se que a defesa da preservação linguística comunitária não será propriamente assegurada vinculativamente, ainda que seja uma maneira de garantir o respeito mínimo por todos os idiomas, mas sim pelas próprias adesões e pela influência dos próprios Estados e suas línguas. Portanto, sabendo que “(...) l’égalité démocratique des cultures exige l’égalité dans la participation des langues (...)” (idem: 17), considero que, na verdade, existe um “défice démocratique linguístico” na União Europeia.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Athanassiou, Phoebus, **The Application of Multilingualism in the European Union Context**, Legal Working Paper Series, Nº2 (Fevereiro 2006), Disponível em: <http://www.suomenpankki.fi/pdf/128361.pdf>
- Caviedes, Alexander, **The Role of Language in Nation-Building within the European Union**, Dialectical Anthropology (2003) 27: 249-268, Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Alexander\\_Caviedes/publication/226734526\\_The\\_Role\\_of\\_Language\\_in\\_Nation-Building\\_within\\_the\\_European\\_Union/links/53e250f40cf2d79877aa2e4a.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Alexander_Caviedes/publication/226734526_The_Role_of_Language_in_Nation-Building_within_the_European_Union/links/53e250f40cf2d79877aa2e4a.pdf)
- Christiansen, Pia, **Language policy in the European Union: European/English/Elite/Equal/Esperanto Union?**, Language Problems & Language Planning (2006): 21-44, Disponível em: <http://www.esperanto-jongeren.nl/~nej/pdf/EuropeanUnion.pdf>
- Clyne, Michael, **German language in a changing Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1995, [citado em 2017, Abril] Disponível em: [https://books.google.pt/books?id=sCKrYdBoYfGC&pg=PR5&hl=pt-PT&source=gbs\\_selected\\_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=sCKrYdBoYfGC&pg=PR5&hl=pt-PT&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false)
- Comissão Europeia, **Decisión del Parlamento Europeo y del Consejo por la que se establece un programa de acción para la mejora de la calidad de la enseñanza superior y la promoción del entendimiento intercultural mediante la cooperación com terceros países (Erasmus Mundus) (2009-2013)**, 2007, Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:52007PC0395&from=PT>
- Comissão e Conselho das Comunidades Europeias, **Tratado da União Europeia**, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1992, Disponível em: [https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty\\_on\\_european\\_union\\_pt.pdf](https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_on_european_union_pt.pdf)

- Comissão Europeia, **Educação de adultos - Rumo à Europa: Tendências temáticas dos projectos e redes de cooperação europeia Sócrates-Grundtvig**, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2005, Disponível em: <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/files/database/000021001-000022000/000021407.pdf>
  
- Commission européenne, **Terminologie et Traduction: 2. 2002**, Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés européennes, 2002
  
- Commission européenne, **Terminologie et Traduction: 3. 2002**, Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés européennes, 2003
  
- Commission of the European Communities, **Final Report on the Implementation of the First Phase of the Community Action Programme Leonardo da Vinci (1995-1999)**, 2000, Disponível em: <http://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/e8b9b730-50b3-4a50-add4-65cfd6180bba/language-en/format-PDF/source-25306080>
  
- Communauté Économique Européenne, **Traité instituant la Communauté Économique Européenne et documents annexes**, 1957, Disponível em: [http://www.m-pep.org/IMG/pdf/Acte\\_final\\_traite\\_de\\_Rome.pdf](http://www.m-pep.org/IMG/pdf/Acte_final_traite_de_Rome.pdf)
  
- Comunidades Europeias, **Tratados que instituem as Comunidades Europeias: Tratados que alteram esses Tratados: Acto Único Europeu: Resoluções-Declarações**, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1987, Disponível em: [https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaties\\_establishing\\_the\\_european\\_communities\\_single\\_european\\_act\\_pt.pdf](https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaties_establishing_the_european_communities_single_european_act_pt.pdf)
  
- Conselho Europeu, **Conclusões da Presidência: Conselho Europeu de Lisboa: 23-24 de Março de 2000**, 2000, Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000003888/documento/0001/>

- Conselho Europeu, **Conclusões da Presidência: Conselho Europeu de Barcelona: 15 e 16 de Março de 2002**, 2002, Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/pt/european-council/conclusions/pdf-1993-2003/conclus%C3%95es-da-presid%C3%80ncia-conselho-europeu-de-barcelona-15-e-16-de-mar%C3%87o-de-2002/>
  
- Conselho da Europa, **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**, 1950, Disponível em: [http://www.echr.coe.int/Documents/Convention\\_POR.pdf](http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf)
  
- EEC Council, **Regulation No 1 determining the languages to be used by the European Economic Community**, Official Journal, N° 017 (Outubro 1958), Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31958R0001:EN:HTML>
  
- European Commission, **A new beginning: Leonardo da Vinci: Community vocational training programme second phase (2000-2006)**, Luxembourg: Office for the Official Publications of the European Communities, 2000, Disponível em: <http://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/246c6165-afaf-46d1-bf26-986ae00f9548/language-en/format-PDF/source-25308470>
  
- European Commission, **First European Survey on Language Competences: Executive Summary**, Luxembourg, 2012, Disponível em: [http://www.surveylang.org/media/ExecutivesummaryoftheESLC\\_210612.pdf](http://www.surveylang.org/media/ExecutivesummaryoftheESLC_210612.pdf)
  
- European Commission, **Leonardo da Vinci, vocational education and training: Creativity and innovation: European success stories**, Luxembourg: Office for the Official Publications of the European Communities, 2009, Disponível em: <http://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/d569daf6-420b-4e7d-af73-626cbde22036/language-en/format-PDF/source-25347688>

- European Communities, **Treaty establishing a Single Council and a Single Commission of the European Communities**, Official Journal of the European Communities, Nº 152 (Julho 1967), Disponível em:  
[http://www.cvce.eu/obj/treaty\\_establishing\\_a\\_single\\_council\\_and\\_a\\_single\\_commission\\_of\\_the\\_european\\_communities\\_8\\_april\\_1965-en-be427f35-bec6-4872-9afa-e9602d628aea.html](http://www.cvce.eu/obj/treaty_establishing_a_single_council_and_a_single_commission_of_the_european_communities_8_april_1965-en-be427f35-bec6-4872-9afa-e9602d628aea.html)
  
- European Parliament and the Council, **Decision No 819/95EC of the European Parliament and of the Council of 14 March 1995 establishing the Community action programme ‘Socrates’**, Official Journal, Nº 87 (Abril 1995), Disponível em:  
<http://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/50ef7569-db91-4194-ba33-f65419101fb4/language-en>
  
- Extra, Guus e Yağmur, Kutlay , **Urban multilingualism in Europe: Mapping linguistic diversity in multicultural cities**, Journal of Pragmatics, Nº 43 (2011): 1173-1184, Disponível em:  
[http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/45847258/Urban\\_multilingualism\\_in\\_Europe\\_Mapping\\_20160521-8368-lui10y9.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1489399808&Signature=EpfFVOAI8yBgxJ%2B1vQMvg4bR%2FiI%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DUrban\\_multilingualism\\_in\\_Europe\\_Mapping.pdf](http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/45847258/Urban_multilingualism_in_Europe_Mapping_20160521-8368-lui10y9.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1489399808&Signature=EpfFVOAI8yBgxJ%2B1vQMvg4bR%2FiI%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DUrban_multilingualism_in_Europe_Mapping.pdf)
  
- Fidrmuc, Jan e Ginsburgh, Victor, **Languages in the European Union: The Quest for Equality and its Cost**, 2006, Disponível em:  
<http://ecares.ulb.ac.be/ecare/personal/ginsburgh/papers/146.languages.pdf>
  
- Gazzola, Michele, **Managing multilingualism in the European Union: Language policy evaluation for the European Parliament**, Language Policy (2006) 5: 393-417, Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/profile/Michele\\_Gazzola/publication/225482836\\_Managing\\_Multilingualism\\_in\\_the\\_European\\_Union\\_Language\\_Policy\\_Evaluation\\_for\\_the\\_European\\_Parliament/links/02e7e530b5aee4a9b9000000/Managing-Multilingualism-in-the-European-Union-Language-Policy-Evaluation-for-the-European-Parliament.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Michele_Gazzola/publication/225482836_Managing_Multilingualism_in_the_European_Union_Language_Policy_Evaluation_for_the_European_Parliament/links/02e7e530b5aee4a9b9000000/Managing-Multilingualism-in-the-European-Union-Language-Policy-Evaluation-for-the-European-Parliament.pdf)

- Ginsburgh, Victor e Weber, Shlomo, **Language Disenfranchisement in the European Union**, Journal of Common Market Studies, vol. 43, Nº 2 (2005): 273-286, Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/profile/Victor\\_Ginsburgh/publication/4764139\\_Language\\_Disenfranchisement\\_in\\_the\\_European\\_Union/links/00b7d5277f6b2c2f68000000.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Victor_Ginsburgh/publication/4764139_Language_Disenfranchisement_in_the_European_Union/links/00b7d5277f6b2c2f68000000.pdf)
  
- Krzyzanowski, Michal e Wodak, Ruth, **Political strategies and language policies: the European Union Lisbon strategy and its implications for the EU's language and multilingualism policy**, Language Policy (2011) 10: 115-136, Disponível em:  
<https://link.springer.com/article/10.1007/s10993-011-9196-5>
  
- Parlamento Europeu e Conselho, **Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de Novembro de 2006 que estabelece um programa de acção no domínio da aprendizagem ao longo da vida**, Jornal Oficial da União Europeia, Nº 49 (Novembro 2006), Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:327:0045:0068:pt:PDF>
  
- Plašilová, Iva, **Política de Informação e Comunicação Europeia: o Papel do Centro de Informação Europeia Jacques Delors** [relatório de estágio], Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2014, Disponível em:  
<https://run.unl.pt/bitstream/10362/14439/1/RELATORIO%20ESTAGIO.pdf>
  
- Queirós, Maria Isabel Tomé, **A cidadania enquanto código extralinguístico: o caso do projecto Comenius** [dissertação], Porto: Universidade do Porto, 2013, Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/72473/2/tesemestmariaqueiroscidadania000224375.pdf>
  
- Resende, Madalena Meyer, **Nacionalismo, Europeização, e Formação do Centro dos Sistemas Políticos**, Relações Internacionais (Setembro 2007) 15: 075-088, Disponível em:  
[http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri15/RI15\\_08MMResende.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri15/RI15_08MMResende.pdf)

- Romaine, Suzanne, **Politics and policies of promoting multilingualism in the European Union**, Language Policy (2013) 12: 115-137, Disponível em:  
[http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33232314/%E6%AC%A7%E7%9B%9F%E5%AE%98%E6%96%B9%E8%AF%AD%E8%A8%80%E5%88%B6%E5%BA%A6.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1476637910&Signature=GcoVrahD%2Bh4XxrI9WukF4WM4%2BvI%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO\\_Politics\\_and\\_policies\\_of\\_promoting\\_mul.pdf](http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33232314/%E6%AC%A7%E7%9B%9F%E5%AE%98%E6%96%B9%E8%AF%AD%E8%A8%80%E5%88%B6%E5%BA%A6.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1476637910&Signature=GcoVrahD%2Bh4XxrI9WukF4WM4%2BvI%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_Politics_and_policies_of_promoting_mul.pdf)
  
- Schilling, Theodor, **Beyond Multilingualism: On Different Approaches to the Handling of Diverging Language Versions of a Community Law**, European Law Journal, vol. 16, Nº 1 (Janeiro 2010): 47-66, Disponível em:  
<http://www.law.uh.edu/assignments/spring2014/24345/SchillingBeyondMultilingualism.pdf>
  
- Silva, Susana Colaço Rocha da, **Política externa de promoção de língua: Relação Portugal – Itália** [dissertação], Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011, Disponível em:  
[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6068/1/igotul001439\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6068/1/igotul001439_tm.pdf)
  
- Stevenson, Patrick, **The German Language and the Real World: Sociolinguistic, Cultural, and Pragmatic Perspectives on Contemporary German**, Oxford: Clarendon Press, 1995 [citado em 2017, Maio], Disponível em:  
[https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=AviTv-tcPaUC&oi=fnd&pg=PA25&dq=Ulrich+Ammon+german+language&ots=pPVjrKKQuY&sig=KAaQB5qZ7NF1QNRTuHHgOXQZI8g&redir\\_esc=y#v=onepage&q=Ulrich%20Ammon%20german%20language&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=AviTv-tcPaUC&oi=fnd&pg=PA25&dq=Ulrich+Ammon+german+language&ots=pPVjrKKQuY&sig=KAaQB5qZ7NF1QNRTuHHgOXQZI8g&redir_esc=y#v=onepage&q=Ulrich%20Ammon%20german%20language&f=false)
  
- TNS, **Special Eurobarometer 386: Europeans and their Languages**, 2012, Disponível em:  
[http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs\\_386\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_386_en.pdf)
  
- União Europeia, **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2000, Disponível em:  
[http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf)

- União Europeia, **Tratado de Amesterdão que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns aspectos relativos a esses Tratados**, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1997, Disponível em: [https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty\\_of\\_amsterdam\\_pt.pdf](https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_of_amsterdam_pt.pdf)
  
- União Europeia, **Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia**, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2007, Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2007:306:FULL&from=PT>
  
- União Europeia, **Tratado de Nice que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses Tratados**, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2001, Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12001C/TXT&from=PT>
  
- Žignić, Blaženka Filipan et al., **Multilingualism in the European Union**, 2013, The 1st International Conference on “Research and Education – Challenges Towards the Future, Disponível em: <http://konferenca.unishk.edu.al/icrae2013/icraecd2013/doc/312.pdf>